



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
24, 25 e 26
de março de 2018

MPMA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros	Capa
DATA	24e25/03/2018	PÁG.	01
<input checked="" type="checkbox"/> Gerada () Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva () Negativa			

Em nota

MPMA nega a reabertura do Caso Décio

POLÍCIA 6



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral Polícia Outros

DATA 24e27/03/2018 PÁG. 06 Gerada () Espontânea Positiva () Negativa

Ministério Público nega a reabertura do Caso Décio

Em nota, instituição esclarece que não houve reabertura das investigações sobre a morte do jornalista e blogueiro; após notícias em veículos, promotor requereu a instauração de inquérito para apurar a autenticidade de documentos

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) esclareceu em nota ontem que não houve a reabertura do inquérito que investiga a morte do jornalista Décio Sá a pedido da Procuradoria-Geral de Justiça. O órgão também ressaltou que as acusações contra o promotor de Justiça Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues, integrante do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), são inverídicas. Leia ao lado a nota na íntegra:

Acusação contra promotor são levianas, diz MP

Diante de notícias publicadas em veículos de comunicação acerca de acusações infundadas contra o promotor de Justiça Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues, integrante do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), do Ministério Público do Maranhão, no que se refere à reabertura do inquérito policial que investiga o assassinato do jornalista Décio Sá, em abril de 2012, temos a esclarecer o seguinte:

1. É inverídico e leviano o depoimento veiculado na mídia que imputa ao promotor de Justiça Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues a prática de condutas criminosas no curso de investigação referente ao assassinato do jornalista Décio Sá.
2. Na verdade, o documento veiculado traz pretensão de macular a honra e a imagem do referido membro do

Ministério Público, cuja atuação profissional é marcada com notas indelévels de retidão e respeito aos princípios constitucionais e republicanos.

3. Esclarece-se que não houve reabertura da investigação sobre a morte do citado jornalista a pedido do procurador-geral de Justiça. Este tão somente encaminhou Representação que lhe foi dirigida, pelo deputado estadual Raimundo Cutrim, a 23ª Promotoria de Justiça Criminal, responsável pela condução do caso Décio Sá. O titular desta unidade requereu a instauração de inquérito policial ao delegado geral, visando apurar a autenticidade dos documentos apresentados pelo parlamentar.
4. Em relação ao depoimento prestado pelo senhor Eduardo Lira Correia, que é funcionário de José Raimundo Sales Chaves Júnior, vulgo *Júnior Bolinha*, cabe esclarecer que:

- o depoimento ocorreu no dia 17 de dezembro de 2013, na Promotoria de Justiça de Pindaré-Mirim, na presença dos promotores de Justiça Pedro Lino Silva Curvelo e Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues, além da advogada do depoente;
- o supracitado depoimento encontra-se devidamente juntado às fls. 225-227 dos autos do Procedimento Investigatório Criminal nº 002/2013 - Gaeco (processo nº 5596-2/2014.8.10.0001 - 5ª Vara Criminal da Capital), instaurado para apurar suposta conduta criminal descrita em matéria jornalística, publicada pelo Jornal Pequeno, em 7 de julho de 2013, que dava conta de possível ameaça à integridade física de um promotor de justiça;
- José Raimundo Sales Chaves Júnior, vulgo *Júnior Bolinha*, também prestou depoimento nos mesmos autos, o qual

- encontra-se às fls. 243-244,
- ao final deste Procedimento Investigatório Criminal, o Ministério Público do Maranhão, por meio da 10ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís, requereu o arquivamento do feito. A manifestação ministerial foi acolhida pela 5ª Vara Criminal da Capital, em decisão proferida no dia 24 de maio de 2016, que determinou o arquivamento dos autos.
- 5. Por fim, o Ministério Público do Maranhão reafirma integral e irrestrita confiança ao promotor de Justiça Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues, que sempre agiu com absoluta correção, equilíbrio, em harmonia com o ordenamento jurídico e em prol do interesse da sociedade - razões pelas quais integra a equipe do Gaeco desde 2002, quando o Grupo foi criado para combater as organizações criminosas que atuam no estado do Maranhão. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
(<input checked="" type="checkbox"/>) O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política	() Cidades / Vida	() Geral	() Polícia
Outros	Estado Maior		
DATA	24 e 25 / 03 / 2018	PÁG.	03
() Gerada (<input checked="" type="checkbox"/>) Espontânea (<input checked="" type="checkbox"/>) Positiva () Negativa			

3

Dá para acreditar?

O pedido de novas investigações no caso Décio baseiam-se, segundo noticiado nos último dias, em depoimento de José Raimundo Sales Chaves Júnior, o *Júnior Bolinha*.

Bolinha é acusado de ser um dos mandantes do crime - segundo a polícia e o MP, foi ele quem arregimentou os matadores do jornalista, assassinado em 2012.

Réu por homicídio no caso, ele agora acusa um promotor de haver direcionado as investigações. A questão é: dá para acreditar em Júnior Bolinha?

Funcionário

Sobre o assunto, o próprio Ministério Público do Maranhão posicionou-se na sexta-feira (23), por meio de nota oficial.

Diz o comunicado que o procurador-geral, Luiz Gonzaga Coelho, não pediu reabertura do caso, e que todos os depoimentos prestados foram juntados ao inquérito.

E mais: revela que o homem cujo depoimento teria sido omitido pelo promotor citado era, na verdade, funcionário de Júnior Bolinha à época.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA () O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate''			
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros	Dr. Pêta
DATA	25 / 03 / 2018	PÁG.	02 () Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea () Positiva () Negativa

• De onde será que partiu o
'fake-news' de que o caso Décio
Sá havia sido reaberto???!
Conversa, 'menino'!!!



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA	
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia	Outros Concerto Social
DATA	25 e 26 / 03 / 2018
PÁG.	08
<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	<input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Diante de notícias publicadas em veículos de comunicação acerca de acusações infundadas contra o promotor de justiça Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues, integrante do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão, no que se refere à reabertura do inquérito policial que investiga o assassinato do jornalista Décio Sá, em abril de 2012, temos a esclarecer o seguinte:

1. É inverídico e leviano o depoimento veiculado na mídia que imputa ao Promotor de Justiça Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues a prática de condutas criminosas no curso de investigação referente ao assassinato do jornalista Décio Sá.

2. Na verdade, o documento veiculado traz pretensão de macular a honra e a imagem do referido membro do Ministério Público, cuja atuação profissional é marcada com notas indelévels de retidão e respeito aos princípios constitucionais e republicanos.

3. Esclarece-se que não houve reabertura da investigação sobre a morte do citado jornalista a pedido do procurador-geral de Justiça. Este tão somente encaminhou Representação que lhe foi dirigida, pelo Deputado Estadual Raimundo Cutrim, a 23ª Promotoria de Justiça Criminal, responsável pela condução do caso Décio Sá. O titular desta unidade requereu a instauração de inquérito policial ao delegado geral, visando apurar a autenticidade dos documentos apresentados pelo parlamentar.

4 - Em relação ao depoimento prestado pelo senhor Eduardo Lira Correia, que é funcionário de José Raimundo Sales Chaves Júnior, vulgo Júnior Bolinha, cabe esclarecer que:

- o depoimento ocorreu no dia 17 de dezembro de 2013, na Promotoria de Justiça de Pindaré-Mirim, na presença dos promotores de justiça Pedro Lino Silva Curvelo e Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues, além da advogada do depoente;

- o supracitado depoimento encontra-se devidamente juntado às fls. 225-227 dos autos do Procedimento Investigatório Criminal nº 002/2013 - Gaeco (processo nº 5596-2/2014.8.10.0001 - 5ª Vara Criminal da Capital), instaurado para apurar suposta conduta criminal descrita em matéria jornalística, publicada pelo Jornal Pequeno, em 7 de julho de 2013, que dava conta de possível ameaça à integridade física de um promotor de justiça;

- José Raimundo Sales Chaves Júnior, vulgo Júnior Bolinha, também prestou depoimento nos mesmos autos, o qual encontra-se às fls. 243-244.

- ao final deste Procedimento Investigatório Criminal, o Ministério Público do Maranhão, por meio da 10ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís, requereu o arquivamento do feito. A manifestação ministerial foi acolhida pela 5ª Vara Criminal da Capital, em decisão proferida no dia 24 de maio de 2016, que determinou o arquivamento dos autos.

5- Por fim, o Ministério Público do Maranhão reafirma integral e irrestrita confiança ao promotor de justiça Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues, que sempre agiu com absoluta correção, equilíbrio, em harmonia com o ordenamento jurídico e em prol do interesse da sociedade - razões pelas quais integra a equipe do Gaeco desde 2002, quando o Grupo foi criado para combater as organizações criminosas que atuam no estado do Maranhão.

São Luís, 23 de março de 2018
MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog				
EDITORIA				
<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia	Outros			
DATA	25 e 26 / 03 / 2018	PÁG.	03	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Caso Décio Sá: Aluísio Mendes desmente Júnior Bolinha e afirma que irá processá-lo

O deputado federal Aluísio Mendes (Podemos) classificou como mentirosa e caluniosa declaração dada pelo empresário José Raimundo Sales Chaves Júnior, mais conhecido como Júnior Bolinha, na qual ele afirmou que o parlamentar, quando exerceu o cargo de secretário de Estado da Segurança Pública, tentou prejudicar as investigações sobre morte do jornalista e blogueiro, Décio Sá, assassinado na Avenida Litorânea, em 2012.

Júnior Bolinha figura como um dos acusados pela execução do jornalista. Ele está solto desde dezembro beneficiado por uma decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Em janeiro, segundo o Blog do Neto Ferreira, Bolinha prestou novo depoimento na Superintendência Estadual de Investigações Criminais (SEIC), oportunidade na qual

disse que Aluísio recebeu dinheiro do empresário Marcos Regadas, dono da construtora Franere, para ocultar o seu nome no inquérito policial que investigava o assassinato.

O Ministério Público do Maranhão, através de nota, negou que o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho, tenha solicitado a reabertura das investigações sobre o caso.

“Já requeri oficialmente à Superintendência de Polícia da Secretaria de Segurança que me forneça as informações e tome as providências necessárias para que possa ajuizar todas as medidas legais contra tão levianas e mentirosas declarações, pois repudio veementemente a tentativa de um criminoso de atingir a minha honra, e vou interpellá-lo judicialmente”, disse Aluísio.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO							
(<input checked="" type="checkbox"/>) O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog							
EDITORIA							
() Política	() Cidades / Vida	() Geral	() Polícia	Outros	PH		
DATA	24e25/03/2018	PÁG.	03	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada	() Espontânea	<input checked="" type="checkbox"/> Positiva	() Negativa

A PROMOTORA de justiça Ana Teresa Silva de Freitas, diretora da Escola Superior do MPMA, foi reconduzida à direção da Escola Nacional do Ministério Público (Enamp) para o biênio 2018-2020. Ela tomou posse em Brasília na última quinta-feira.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia Outros

DATA 25 e 26 / 03 / 2018 PÁG. 03 Gerada () Espontânea Positiva () Negativa

RECONDUZIDA



A promotora de justiça Ana Teresa Silva de Freitas, diretora da Escola Superior do MPMA, foi reconduzida à direção da Escola Nacional do Ministério Público (Enamp) para o biênio 2018-2020. A posse aconteceu em Brasília nesta quinta-feira (22). Na direção da escola nacional, Ana Teresa Freitas será auxiliada por André Mauro Azevedo, promotor de justiça do Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN), escolhido para o cargo de diretor-adjunto.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate"
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia Outros Estado

DATA 24 / 03 / 2018 PÁG. 06 Gerada () Espontânea Positiva () Negativa

Promotora Ana Teresa Freitas toma posse no cargo de diretora da Enamp

A promotora de justiça Ana Teresa Silva de Freitas, diretora da Escola Superior do MPMA, foi reconduzida à direção da Escola Nacional do Ministério Público (Enamp) para o biênio 2018-2020. A posse aconteceu em Brasília na quinta-feira (22).

Em seu discurso a promotora declarou que tem muita disposição e ideias para os próximos dois anos e agradeceu a confiança do Colegiado, dos coordenadores da Enamp, e o apoio irrestrito do MPMA. "Para o próximo biênio, muitos projetos, entre eles os cursos EAD, os convênios com novas universidades e a consolidação de cursos já ministrados no primeiro biênio. Sempre em postura aberta,

crítica e multidisciplinar", enfatizou.

A escolha da nova diretoria da Enamp ocorreu em 16 de novembro do ano passado durante a reunião do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil (CDEMP), a última do ano de 2017, realizada na sede do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), em Florianópolis.

Na direção da escola nacional, Ana Teresa Freitas será auxiliada por André Mauro Azevedo, promotor de justiça do Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN), escolhido para o cargo de diretor-adjunto.

DIVULGAÇÃO



Promotora Ana Teresa Silva foi reconduzida à direção na Enamp



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia () Outros *Política*

DATA *26 / 03 / 2018* PÁG. *02* () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

CASO CYRELA

Zé Inácio garante instalação de CPI

“Vamos instalar a CPI do caso Cyrela. Já temos 21 assinaturas no requerimento de nossa autoria que pede sua instalação”, afirmou o deputado Zé Inácio (PT), em entrevista concedida ao quadro “Sala de Entrevista”, do telejornal Portal da Assembleia. Ele informou que, nesta semana, protocolará o requerimento junto à Mesa Diretora.

“Depois de protocolado o requerimento, aguardaremos os procedimentos da Mesa Diretora como, por exemplo, a definição da composição da CPI e o apoio logístico para sua instalação e funcionamento. O presidente da Casa, deputado Othelino Neto, adiantou que dará todas as condições para que a CPI cumpra suas responsabilidades”, esclareceu Zé Inácio.

O deputado destacou a vitória realizada em vários empreendimentos construídos pela Cyrela, como Jardins (Calhau), Vitória (Forquilha) e Pleno (Jaraçati). “Com a participação da Assembleia, Ministério Público Estadual (MPE), Prefeitura de São Luís, Corpo de Bombeiros e Conselho Regional de Engenharia (CREA), a vitória constatou situações muito graves de vícios de construção, principalmente nos condomínios Vitória e Pleno. É caso, inclusive, que justifica o pedido de interdição desses empreendimentos pelo Corpo de Bombeiros”, salientou.

Zé Inácio ressaltou que o MPE ajuizou as Ações Cíveis Públicas (ACPs), no que diz respeito às relações de consumo, e que é preciso que os órgãos públicos responsáveis cumpram suas responsabilidades. “É necessário que se apure, com rigor, o que aconteceu e levou essas famílias que adquiriram esses imóveis a estarem vivendo uma situação de desespero. A Cyrela tratou os maranhenses como cidadãos de segunda categoria, pois não acredito que tenham feito o mesmo em empreendimentos construídos em outras regiões do país”, argumentou.

Segundo o parlamentar, medidas enérgicas precisarão ser tomadas para que práticas como essas não se repitam. “Defeitos nas instalações elétricas, hidráulicas e de gás, rachaduras nas paredes e infiltrações em cisternas e paredes são alguns dos problemas constatados na vistoria”, frisou.



Zé Inácio deverá protocolar requerimento esta semana



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia

Outros

DATA

26 / 03 / 2018

PÁG.

02

() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

ESCLARECIMENTO PÚBLICO

A Cyrela lamenta e pede sinceras desculpas pelos incômodos ocasionados aos moradores dos condomínios Jardim de Provence e Jardim de Toscana e informa que foi acordado com o Ministério Público do Maranhão um plano para dar continuidade aos reparos nos dois empreendimentos.

Os acordos serão submetidos ao Juízo da Vara de Interesses Difusos e Coletivos para homologação.

A Cyrela reitera que dará todo o suporte necessário aos condôminos durante o período das obras e reforça que está empenhada em identificar e corrigir qualquer problema técnico em seus empreendimentos em São Luís.

CYRELA BRAZIL REALTY S.A



CYRELA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
 Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia Outros Hora Extra

DATA 25 e 26 / 03 / 2018 PÁG. 05 Gerada () Espontânea Positiva () Negativa

Firmado acordo entre MPMA, Cyrela e moradores dos condomínios Jardins e Pleno

Em reunião realizada nesta quinta-feira, 22, na 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de São Luís, foram firmados acordos entre o Ministério Público do Maranhão, os Condomínios Jardim de Provence, Jardim de Toscana e Pleno Residencial e as construtoras responsáveis pelos empreendimentos. Com os acordos, as Ações Cíveis Públicas que tratam dos dois primeiros condomínios serão encerradas.

Os acordos foram assinados pelos promotores de justiça integrantes da força-tarefa que atua no caso, Lítia Costa Cavalcanti, Pedro Lino Silva Curvelo e Haroldo de Paiva Brito; pelos síndicos dos condomínios e seus advogados; e pelo representa-

te da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações, Cybra de Investimento Imobiliário Ltda., Oaxaca Incorporadora Ltda. e Living Afenas Empreendimentos Imobiliários Ltda., Audery Leandro dos Santos Lima, além do advogado das empresas.

No caso do Jardim de Provence e do Jardim de Toscana, o acordo prevê a evacuação dos 672 apartamentos dos condomínios (384 do Jardim de Provence e 288 do Jardim de Toscana) no prazo máximo de 15 dias. As empresas deverão pagar a cada morador (representante de apartamento) o valor de R\$ 12.048,00. O valor inclui o custeio de três meses de aluguel (R\$ 3 mil por mês), acrescido dos custos

de mudança (R\$ 2 mil) e R\$ 1 mil referentes à interrupção do fornecimento de gás ao condomínio desde o dia 2 de março. O valor total, para os dois condomínios, é de R\$ 8.096.256,00.

Os valores iniciais deverão ser pagos até o dia 6 de abril. Para isso, o Condomínio deverá fornecer, até o dia 26 de março, a relação atualizada dos moradores responsáveis pelas unidades habitacionais. Caso o período de evacuação seja prorrogado, as empresas deverão efetuar o pagamento de R\$ 3 mil, sempre até o dia 5 de cada mês. O retorno dos moradores somente acontecerá depois da eliminação dos riscos à habitabilidade.

No Termo de Acordo também ficou acertada a

realização de uma perícia técnica imediata, custeada pelas empresas, apontando as inadequações existentes no empreendimento, tanto as já comprovadas nos laudos existentes no processo quanto outras que venham a ser identificadas. O Ministério Público indicou, para a realização da perícia, o Instituto de Avaliações e Perícias de Engenharia do Maranhão (Ibape/MA) e o engenheiro civil calculista Marcelo Salgado Athayde.

Os trabalhos de perícia serão acompanhados pelos assistentes técnicos indicados pela empresa e pelo condomínio. A cada 15 dias será apresentado ao Ministério Público um relatório de execução das obras.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

**COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO**

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate''			
<input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia		Outros	Capa
DATA	24 / 03 / 2018	PÁG.	01
<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa			





MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA () O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate'' () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida () Geral () Polícia Outros			
DATA	24 / 03 / 2018	PÁG.	05 <input checked="" type="checkbox"/> Gerada () Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva () Negativa

Acordos entre Cyrela e moradores de condomínios superam os R\$ 15 milhões

GILSON FERREIRA

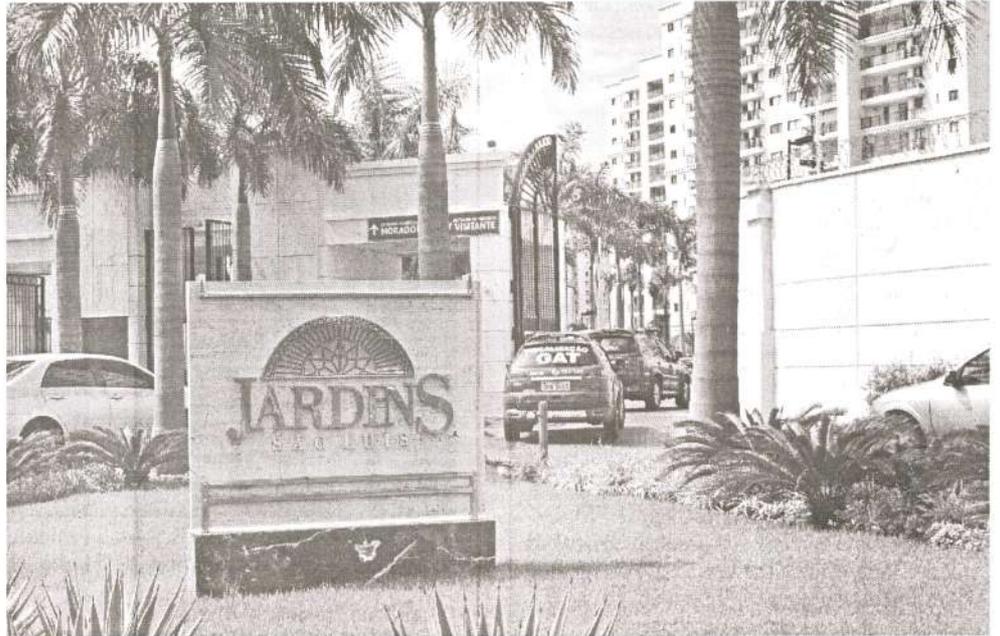
Em reunião realizada na quinta-feira (22), na 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de São Luís, foram firmados acordos entre o Ministério Público do Maranhão, os condomínios Jardim de Provence, Jardim de Toscana e Pleno Residencial e as construtoras responsáveis pelos empreendimentos. Com os acordos, as Ações Cíveis Públicas que tratam dos dois primeiros condomínios serão encerradas. Os acordos foram assinados pelos promotores de justiça integrantes da força-tarefa que atua no caso, Lítia Costa Cavalcanti, Pedro Lino Silva Curvelo e Haroldo de Paiva Brito; pelos síndicos dos condomínios e seus advogados; e pelo representante da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações, Cybra de Investimento Imobiliário Ltda., Oaxaca Incorporadora Ltda. e Living Afenas Empreendimentos Imobiliários Ltda., Audery Leandro dos Santos Lima, além do advogado das empresas.

No caso do Jardim de Provence e do Jardim de Toscana, o acordo prevê a evacuação dos 672 apartamentos dos condomínios (384 do Jardim de Provence e 288 do Jardim de Toscana) no prazo máximo de 15 dias. As empresas deverão pagar a cada morador (representante de apartamento) o valor de R\$ 12.048,00. O valor inclui o custeio de três meses de aluguel (R\$ 3 mil por mês), acrescido dos custos de mudança (R\$ 2 mil) e R\$ 1 mil referentes à interrupção do fornecimento de gás ao condomínio desde o dia 2 de março. O valor total, para os dois condomínios, é de R\$ 8.096.256,00.

Os valores iniciais deverão ser pagos até o dia 6 de abril. Para isso, o Condomínio deverá fornecer, até o dia 26 de março, a relação atualizada dos moradores responsáveis pelas unidades habitacionais. Caso o período de evacuação seja prorrogado, as empresas deverão efetuar o pagamento de R\$ 3 mil, sempre até o dia 5 de cada mês. O retorno dos moradores somente acontecerá depois da eliminação dos riscos à habitabilidade.

No Termo de Acordo também ficou acertada a realização de uma perícia técnica imediata, custeada pelas empresas, apontando as inadequações existentes no empreendimento, tanto as já comprovadas nos laudos existentes no processo quanto outras que venham a ser identificadas. O Ministério Público indicou, para a realização da perícia, o Instituto de Avaliações e Perícias de Engenharia do Maranhão (Ibape/MA) e o engenheiro civil calculista Marcelo Salgado Athayde.

Os trabalhos de perícia serão acompanhados



Novos problemas constatados em condomínios do bairro Jardins levaram à nova evacuação dos apartamentos

pelos assistentes técnicos indicados pela empresa e pelo condomínio. A cada 15 dias será apresentado ao Ministério Público um relatório de execução das obras.

A readequação dos empreendimentos será realizada pelas empresas, em prazo a ser estabelecido após a perícia técnica. Em caso de contratação de empresa terceirizada para o serviço, sua capacidade deverá ser comprovada mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, Anotação de Responsabilidade Técnica de obras similares e análise prévia dos peritos nomeados.

INDENIZAÇÕES

No prazo de cinco dias a partir da assinatura do Termo de Acordo, as empresas se obrigam a formalizar nota pública de pedido de desculpas aos consumidores pelos problemas enfrentados nos empreendimentos.

A título de indenização por danos morais e materiais individuais, as empresas pagarão R\$ 10.048,00, em até 40 dias, a cada morador representante de unidade habitacional. Os moradores recebem esse valor como quitação integral de todos os danos ou prejuízos existentes até a data de assinatura do acordo. Nos dois acordos ficou acertada, a título

de danos morais coletivos, a obrigação de fornecer veículos e equipamentos à Diretoria de Atividades Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Maranhão. Em cada acordo, o valor acertado foi de R\$ 100 mil. Os valores serão repassados em até 30 dias após a apresentação da relação de veículos e equipamentos, a ser feita pelo Ministério Público.

No caso de descumprimento de quaisquer dos itens, fica estabelecida multa de R\$ 200 mil por item.

ENTENDA O CASO

As investigações do MPMA, baseadas em denúncias de moradores e em relatórios de vistorias realizadas pela Defesa Civil de São Luís, Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação, Corpo de Bombeiros e Conselho Regional de Engenharia, constataram diversos vícios de construção que comprometeram a estrutura dos prédios. Foram encontrados problemas nos sistemas de proteção contra descarga elétrica, combate a incêndio, abastecimento de água e fornecimento de gás, nas instalações elétricas, além de rachaduras e infiltrações em pilares e paredes do condomínio.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA () O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate'' () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros	Informe JP
DATA	24 / 03 / 2018	PÁG.	03 <input checked="" type="checkbox"/> Gerada () Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva () Negativa

Informe JP

Acordos com condomínios

Em reunião realizada na quinta (22), na 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de São Luís, foram firmados acordos entre o Ministério Público do Maranhão, os condomínios Jardim de Provence, Jardim de Toscana e Pleno Residencial e as construtoras responsáveis pelos empreendimentos, que apresentaram vários problemas.

Com os acordos, as Ações Cíveis Públicas que tratam dos dois primeiros condomínios serão encerradas.

No caso do Jardim de Provence e do Jardim de Toscana, o acordo prevê a evacuação dos 672 apartamentos dos condomínios (384 do Jardim de Provence e 288 do Jardim de Toscana) no prazo máximo de 15 dias.

As empresas deverão pagar a cada morador (representante de apartamento) o valor de R\$ 12.048,00. O valor inclui o custeio de três meses de aluguel (R\$ 3 mil por mês), acrescido dos custos de mudança (R\$ 2 mil) e R\$ 1 mil referentes à interrupção do fornecimento de gás ao condomínio desde o dia 2 de março.

O valor total, para os dois condomínios, é de R\$ 8.096.256,00.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA	
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros <input checked="" type="checkbox"/> <i>Neditson Machado</i>	
DATA	<i>24 / 03 / 2018</i>
PÁG.	<i>12</i>
<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Improbidade

Vem aí o Seminário 25 anos da Lei de Improbidade Administrativa: conquistas, desafios e perspectivas. O evento será realizado nos próximos dias 26 e 27, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, a partir das 8h. O evento será comandado pelo Ministério Público do Maranhão, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa, com a finalidade de discutir seus avanços e abordar as perspectivas. Na coordenação do evento, o promotor de justiça Cláudio Rebelo Alencar.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral Polícia Outros

DATA 24 e 25 03 / 2018 PÁG. 06 Gerada () Espontânea Positiva () Negativa

Capturado último suspeito da morte de servidor do MP

Sávio Gomes Fonseca estava foragido desde a data do crime, em dezembro do ano passado

Sávio Gomes Fonseca, de 22 anos, o principal suspeito de ter disparado o tiro que matou o analista do Ministério Público e professor universitário André Arouche Fontoura, de 36 anos, durante um latrocínio na rotatória do Roque Santeiro, no Bequimão, em 29 de dezembro do ano passado, foi preso e apresentado ontem na sede da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA). Ele estava foragido desde a data do crime.

Outros dois suspeitos de envolvimento no crime, um deles, identificado como Gabriel Guimarães da Silva, já havia sido preso em janeiro deste ano, por decisão da justiça, e um menor apreendido. Com o adolescente, a polícia encontrou uma arma calibre 38 e entorpecentes. O caso está sendo investigado pela Superintendência de Ho-

micídio e Proteção à Pessoa (SIIPP).

O crime

O servidor do Ministério Público do Maranhão, André Arouche Fontoura, de 36 anos, foi baleado e morto durante assalto, no dia 29 de dezembro de 2017, na Avenida Jerônimo de Albuquerque, no Bequimão, em São Luís. De acordo com informações da Polícia Civil, a vítima teria reagido à investida dos criminosos.

Segundo informações policiais, André Arouche, que estava em uma motocicleta, parou no semáforo que fica na rotatória conhecida como Roque Santeiro, no Bequimão, quando dois homens em uma motocicleta o abordaram. Os assaltantes tentaram roubar o veículo do analista, que reagiu ao assalto,

SAIBA MAIS:

André Arouche Fontoura era economista, contador, professor universitário, formado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), e exercia a função de analista do Ministério Público do Maranhão (MPMA), atuando na assessoria técnica das Promotorias de Justiça da Capital. A vítima deixou a esposa, que também é servidora do MPMA, e uma filha.

travando luta corporal com os criminosos, quando um deles empunhou uma arma e atirou na cabeça da vítima.

Ele foi socorrido pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), mas não resistiu e morreu ao dar entrada no Hospital Municipal Djalma Marques, o Socorrão I. Após cometer o crime, os assaltantes fugiram sem levar a moto da vítima. O caso foi investigado como latrocínio, que é o roubo ou tentativa de roubo seguido de morte. ●

NOTÍCIAS DIVERSAS



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA (X) O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia () Outros **Negócios**
DATA **26 / 03 / 2018** PÁG. **05** () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

FISCALIZAÇÃO

Estabelecimentos são interditados na Ilha

A segunda etapa da Operação Gancho foi deflagrada na manhã na última sexta-feira (23) para fiscalização de estabelecimentos comerciais em São Luís, pelo Instituto de Proteção e Defesa do Cidadão e Consumidor (Procon/MA), com apoio da Polícia Militar e Secretaria de Segurança Pública (SSP). A operação, que visa combater a comercialização de produtos irregulares, emissão de nota fiscal e sonegação de impostos, verificou também a autorização para exercício da atividade, além de precificação dos produtos.

Durante a ação, foram investigados empreendimentos da Rua de Santana, no Centro da capital. Todas as lojas foram notificadas com antecedência de dois meses para se regularizar. Pelo descumprimento, as lojas Belíssima Atacadão e Varejo, Gerson do Rosário Soares Ferreira, Exclusiva Moda Feminina, Preciosa Moda Feminina e Luiza Modas tiveram suas atividades temporariamente suspensas por ausência de alvará



Com objetivo de garantir uma livre e justa concorrência empresarial, bem como pleno respeito aos direitos dos consumidores, deflagramos mais uma etapa da Operação Gancho

Duarte Júnior,

presidente do Procon/MA

de funcionamento e certificação de aprovação do Corpo de Bombeiros, por não emissão de nota fiscal, ausência de precificação dos produtos e não manutenção de exemplar do Código de Defesa do Consumidor.

Já a loja Marina Pereira Noronha (Lanches) foi autuada para apresentar o atestado da

Vigilância Sanitária e certificado de aprovação do Corpo de Bombeiros; e a loja Comercial China de Artigos LTDA-ME, para providenciar a retificação do endereço do estabelecimento na nota fiscal emitida ao consumidor. Os estabelecimentos têm dez dias para apresentar defesa, contados a partir do recebimento da autuação. O descumprimento pode se caracterizar como crime de desobediência nos termos do artigo 330, do Código Penal, ficando sujeito, ainda, a sanções administrativas e civis cabíveis.

Segundo o presidente do Procon/MA, Duarte Júnior, esforços não são medidos pelo órgão para colocar em prática o

que preconiza a lei, sem exceção, para o cumprimento de todos. "Com objetivo de garantir uma livre e justa concorrência empresarial, bem como pleno respeito aos direitos dos consumidores, deflagramos mais uma etapa da Operação Gancho. Nesta, identificamos cinco estabelecimentos que, apesar de terem sido notificados há mais de dois meses, ainda forneciam produtos sem apresentar nota fiscal e não possuíam alvará para o exercício da sua atividade. É desleal quando empresários cumpridores da lei formalizam seus negócios e geram empregos têm que concorrer com quem desempenha suas atividades de forma irregular", afirma.



ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico S.R.P. n° 17/2018
Processo n° 6.445/2018

Objeto: Registro de Preços para aquisição de acessórios para TI; Abertura: 11/04/2018 às 10:00h (horário de Brasília); Local: www.comprasgovernamentais.gov.br; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, n° 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: colicitacao@tjma.jus.br. Fone: (98) 3261-6181.

São Luís/MA, 22 de março de 2018.
Thiago Chung de Farias - Pregoeiro do TJMA.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso (X) Atos e Fatos () Debate"
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida (X) Geral () Polícia | Outros

DATA 25 e 26 / 03 / 2018 PÁG. 02 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Casa da Mulher Brasileira totaliza 7 mil atendimentos no MA



Casa da Mulher Brasileira

Com mais de 7 mil atendimentos realizados em menos de cinco meses, a Casa da Mulher Brasileira, equipamento público que reúne os principais serviços de atendimento às mulheres em situação de violência, se consolida como referência no combate ao feminicídio e ao desprezo à condição feminina na Grande São Luís.

Nos dois primeiros meses de funcionamento da Casa, o número de inquéritos instaurados na Delegacia Especial da Mulher mais que dobraram em relação ao mesmo período do ano anterior. Em novembro de 2017 foram instaurados 176 inquéritos, contra apenas 64 registrados um ano antes. Em dezembro de 2017, foram 137 inquéritos, 61 a mais em relação ao mesmo período de 2016. Levando-se em consideração todos os meses do ano, o aumento de inquéritos instaurados apresentou crescimento de 130% entre 2016 e 2017.

Inaugurada em 2 de outubro do ano passado, o espaço funciona 24 horas, inclusive aos fins de semana e feriados e conta com a Delegacia Especial da Mulher (DEM), onde dez delegadas atuam em Plantão Especializado. O local reúne, ainda, Agência do Sine, Ministério Público, Patrulha da Mulher, Defensoria Pública, Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – criada especialmente para atuar na Casa – além do Centro de Referência à mulher em situação de violência (Cram).

A estrutura física huma-

nizada e com rede interdisciplinar de atendimento possibilitou às mulheres mais segurança e facilidade para buscar apoio do Estado, ajudando a mudar o quadro de ocorrências sem registro oficial.

Titular da Delegacia Especial da Mulher, a delegada Wanda Moura explica que a estrutura da Casa da Mulher Brasileira colaborou para encorajar as mulheres a registrar ocorrência. "Obtivemos ao longo desses meses em que a Casa está em funcionamento, mais do que o dobro dos atendimentos registrados anteriormente. Isso se deve às campanhas de conscientização e ao fim da via crucis para garantir todos os procedimentos que envolvem a denúncia, uma vez que aqui, a mulher em situação de violência encontra estrutura para realizar os procedimentos".

Para a secretária de Estado da Mulher, Terezinha Fernandes, a boa produtividade da Casa está relacionada ao empenho do governador Flávio Dino para ampliar medidas de proteção e acolhimento à mulher. "A estruturação da Casa da Mulher Brasileira é a realização de um sonho para os que trabalham com a mulher em situação de violência e significa uma parte importante da política voltada a este segmento, que se consolida com as ações da instituição. O governador Flávio Dino vem trabalhando no sentido de apoiar e ampliar iniciativas que melhorem o atendimento a estas mulheres, incluindo o combate e a prevenção da violência".



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA (X) O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

(X) Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia Outros

DATA 25/03/2018 PÁG. 03 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Entrevista// Domingos Dutra

Mais recursos para Paço do Lumiar

O município passou a receber o Fundo Especial, igual a São José de Ribamar. O IBGE dava 119 mil habitantes do censo de 2010, mas a prefeitura provou possuir 156 mil moradores

RAMUNDO BORGES
COLABORADOR: PATRÍCIA DE OLIVEIRA

Depois de um ano de trabalho junto aos órgãos de pesquisas dos governos federal e estadual (IBGE e estatísticas), além de levantamentos junto a outras instituições, como a Caixa Econômica Federal, o prefeito de Paço do Lumiar, Domingos Dutra (PCL), conseguiu algo importante em Brasília. Ele provou que a população de seu município estava com os dados demográficos totalmente desatualizados.

Com isso, a prefeitura estava sofrendo enorme prejuízo com as demandas sociais decorrentes do disparate entre a população real e a do censo de 2010. Todas as transferências federais para educação, saúde etc são contabilizadas em cima da população oficial. Dutra provou na Justiça Federal o erro e conseguiu uma liminar do juiz Carlos Medeiros de Paço do Lumiar passou à categoria de "especial", dobrando de R\$ 3,5 milhões para R\$ 7 milhões.



... sem reconhecer como sua população.

Diante dessa realidade, com descompasso habitacional, quais eram as principais dificuldades para o município?

Erão as despesas e prazo de recebimento das transferências dos governos federal e estadual. Todos os municípios vivem do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), calculado pelo número de pessoas. Então, nós também, pelo IBGE, 119 mil, o governo botou mais 35 mil, foram as ocupações urbanas. De 2010 para 2018, tivemos mais de 20 ocupações, ou seja, mais de 30 mil pessoas, só de ocupação. Além da mais, quando acertamos o limite com Ribamar e Parnaíba, nós ganhamos do município de São José de Ribamar cinco conjuntos, seis conjuntos habitacionais, sendo um de aproximadamente 20 mil pessoas. Então, nós juntamos todos esses dados, dados oficiais do governo, o acordo de limites, as ocupações e dados da Cemar. Tudo homologado pela Justiça Federal. E aí entramos com uma ação perante o próprio doutor José Carlos, que acabou no problema. Ele nos deu uma liminar mantendo o IBGE atualizar os dados. O IBGE respondeu que não tinha condições materiais nem humanas para atualizar. O juiz rejeitou a decisão, notificação de novo IBGE estabeleceu uma multa e, baseado nessa outra decisão, o IBGE hoje, dá a Paço do Lumiar 156 mil habitantes.

Sobre o assunto, ele concedeu a seguinte entrevista exclusiva a O Imparcial.

O IMPARCIAL - Como foi que o senhor procedeu para alcançar um objetivo tão importante para o município?

Domingos Dutra - Tivemos várias etapas. Com o Fundo de Participação Especial, entramos num clube que não passa de 60 municípios no Brasil e, aqui no Maranhão, são apenas cinco, incluindo a capital. Em primeiro lugar, nós provamos com dados da Caixa Econômica e do Banco do Brasil que, de 2010 para 2018, o governo colocou mais de 32 mil pessoas só dos conjuntos Minha Casa, Minha Vida. O IBGE fez o censo em 2010 e nós deu 103 mil pessoas. Pra não falar a contagem em 2015, não fez por questões da crise econômica. Foi apenas um ajuste quando da Paço uma população de 119 mil habitantes. E nós sabemos que nos tinhamos hoje quase 200 mil pessoas.

Como você chegou a essa conclusão, que havia esse aumento?

Primeiro pelos conjuntos habitacionais feitos pelo governo, de 2010 para 2018. Os conjuntos Cidade Verde, com 2 mil casas; Novo Horizonte, com mais de 2 mil casas; o São Nazareta, com 1.100, todos de São Luís. Entrou ainda Mirada do Bosque, com 1.500 casas; o La Belle, com 500 casas; o Plaza das Flores, condomínio com mais 500, e outros conjuntos. De seis, ao todo, mais de 35 mil pessoas que o próprio governo colocou no Paço do Lumiar.

Hoje, Paço do Lumiar é 4.0 como é Ribamar, Timon, Caxias e Imperatriz.

Essa é o ponto-chave para que houvesse a alteração no repasse do Fundo de Participação? Então, hoje, Paço do Lumiar é 4.0 como é Ribamar, Timon, Caxias e Imperatriz. Para o nosso caso, isso significou uma elevação de 100% do nosso FPM. De uma média de R\$ 3,5 milhões para R\$ 7 milhões, a partir de janeiro deste ano.

Prefeito, o que isso representa para administração municipal, em termo de realizações e pres-

tação de serviços à comunidade? Melhora bastante, porque primeiro, desses 80% do FPM vai para saúde e educação; 25% de toda receita que entra no município vai para o Pasaúde; 1,2% vai para a saúde.

São exigências constitucionais?

É constitucional, é obrigatório. Dinheiro de IPVA, ISS, IPTU, Fundo de Participação, 25% vai para a educação e 15% para a saúde. Portanto, desses três milhões e meio a mais, 25% para a educação e 15% para a saúde. O restante

... vai gastar em assistência que o governo financiou, vai para infraestrutura, e com esse dinheiro que já fiz 35 ruas asfaltadas no Malibola e estou fazendo 12 ruas no Paraná-3 e 4 pela primeira vez. É com esse dinheiro que eu recuperando o asfalto em todo município, no Malibola, acesso ao Malibola Horizonte, a estrada de Moçambique e Parnaíba. Estou recuperando o acesso à Rosanna Sarney.

Para definir isso da que pra frente, essa liminar pode se tornar uma ordem definitiva junto ao Tribunal de Contas da União, órgão que faz o repasse dos recursos para o município?

Estamos acompanhando o processo judicial, liminar, esperamos que a liminar não caia, pois se cair, a gente se "lascou". Fazíamos a liminar não cair, a gente pega o recurso e faz investimento em infraestrutura e saúde, educação e outras áreas.

O governo federal, que é o dono do dinheiro, pode fazer um recurso em cima da decisão do juiz Carlos Medeiros?

ACG Intercomunicar é obrigada a recorrer. O recurso está no Tribunal Regional Federal, em Brasília. Agora não há prejuízo para a maioria dos municípios, porque esse fundo de fundo especial dos municípios que hoje compõe o fundo, não há prejuízo para a União, nem para ninguém. O problema era para Paço, que tinha uma população grande e o benefício era muito pequeno.

“Estamos acompanhando o processo judicial, liminar, esperamos que a liminar não caia, pois se cair, a gente se 'lascou'”

Prefeito, com o aumento do FPM, também não aumenta a pressão política dentro do município, por parte de seus opositores, de olho na grana?

Com o aumento da vida no lado ruim e o lado ruim, o lado ruim é que eu fico alegre porque foi mais uma ação liminar que eu em 12 meses consegui fazer o que os outros prefeitos deviam ter feito. Isso em benefício para comunidade. O lado ruim é que os adversários, que só pensam naquilo (dinheiro e poder), estão de olho grande, se juntaram todos que pensam nas eleições, humos, aproveitaram as redes sociais para difamar, para mentir, não reconhecer o que é feito. A segunda preocupação é que administrar dinheiro público hoje é uma tragédia. E, para mim, que tenho uma vida limpa de 35 anos de vida pública, é uma preocupação, de redenção. O prefeito ganha mais dos órgãos de controle, por ser o ente mais limpo e mais adido letifera.

Sobre o portal da transparência, como o senhor está acompanhando a determinação do Ministério Público de torná-lo sempre atualizado?

O portal da transparência é um instrumento para que a população acompanhe os atos da administração pública. O nosso portal está em dia, evidente que não dá pra colocar instantaneamente, porque demora, mas o nosso portal tem declaração do TCE que ele está normal, e nos e-mails dos funcionários encaminhados só para alimentá-lo. Fizemos uma convenção com a CGU e a Secretaria de Transparência do Estado, para aumentar a eficiência da transparência. Temos um procurador e dois funcionários só pra estar alimentando o portal.

“O lado ruim, é que os adversários que só pensam naquilo (dinheiro e poder), estão de olho grande”



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
(<input checked="" type="checkbox"/>) O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política		<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida () Geral () Polícia	
Outros			
DATA	24 e 25 03 / 2018	PÁG.	03 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Moradores protestam contra retirada de posto de saúde do João Paulo

Eles resolveram protestar depois que ouviram rumores que o posto médico seria transferido para o bairro Sacavém; moradores do João Paulo recorrem a unidade

Com faixas pedindo a permanência do Centro de Saúde do João Paulo, localizado na Rua Augustinho Torres, naquele bairro, moradores fizeram uma manifestação na manhã de sexta-feira, 23, das 6h às 9h.

Durante o ato, os manifestantes interditaram a rua, causando congestionamento no trânsito, pois aquela é uma das vias de acesso à Avenida São Marçal. O tráfego foi liberado por volta das 9h, quando uma equipe da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT) negociou com os manifestantes.

Segundo eles, o motivo da revolta foram rumores de que aquele centro de Saúde deixaria de pertencer ao bairro, sendo realocado para o Sacavém, o que para eles seria prejudicial, já que muita gente do João Paulo recorre a esse posto médico para atendimento.

A aposentada Maria Cardoso, de 77 anos, moradora do bairro, mostrou-se insatisfeita com a possível mudança. "Todos os bairros tem uma unidade de saúde. Por que nós não podemos ficar com a nossa? Somos seres humanos, não bichos. Exigimos que esse centro permaneça em nosso



Indignados com a possibilidade de perderem o posto de saúde do bairro, moradores do João Paulo protestaram

bairro", disse.

O metalúrgico Romulo Reis, de 45 anos, que também mora no bairro, afirmou que a retirada do Centro de Saúde do João Paulo foi confirmada para o dia 28 deste mês, por parte do diretor do hospital. "O diretor me confirmou que vão tirar o centro deste espaço e colocá-lo em outro bairro, dizendo que o prédio pertence a uma antiga associação de moradores, ou algo do tipo. Não acei-

taremos isso", reclamou.

Por meio de nota, a Secretaria Municipal de Saúde (Semus) informou que o prédio onde funciona o Centro de Saúde João Paulo não oferece mais condições para a oferta dos serviços da referida unidade. A Semus ressaltou que obras realizadas em imóveis vizinhos ao longo dos anos prejudicaram a capacidade de fazer as intervenções e adequações necessárias na estrutura da unidade e que, por isso,

a secretaria já iniciou a busca de outro prédio para locação nas proximidades. Tão logo seja encontrado, a unidade voltará a seu funcionamento normal.

Por fim, a Semus frisou que os usuários não serão prejudicados, pois a equipe do Centro de Saúde João Paulo passará a atender, provisoriamente, no Centro de Saúde Carlos Macieira (Complexo Darci Ribeiro Av. dos Africanos, s/n - Sacavém). ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política Cidades / Vida () Geral () Polícia

Outros

DATA 24 e 25 / 03 / 2018 PÁG. 04 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa



“Quando você não contribui para a formação de áreas verdes no entorno dessas reservas subterrâneas, fica ainda mais difícil para a água descer e permanecer no solo”

LÚCIO MACÊDO, doutor em Saneamento Ambiental

A água que não se vê e que pode se tornar inutilizável em três décadas

Além das fontes superficiais, reservas subterrâneas exigem proteção dos poderes públicos nos próximos anos e, em especial, na região metropolitana; vários fatores contribuem para a diminuição da capacidade de absorção

THIAGO RASTOS
Da equipe de O Estado

“Águas que movem moínhos. São as mesmas águas que encharcam o chão. E sempre voltam humildes pro fundo da terra”. O trecho da música “Planeta Água”, do cantor e compositor Guilherme Arantes, retrata o que seria o ciclo normal de extração de água no planeta, ou seja, o uso no ambiente externo e a volta para o subsolo. No entanto, devido a fatores relacionados à modernidade (desmatamento, ocupação indevida do solo urbano, descarte irregular de resíduos, entre outros), o ciclo natural sofre interferências e compromete as reservas que ficam armazenadas debaixo da terra, ou seja, as chamadas fontes subterrâneas. Assim como em outras partes do mundo, na Região Metropolitana de São Luís as fontes do subsolo estão, em sua maioria, comprometidas e - de acordo com pesquisas recentes - podem se tornar inutilizáveis em



Em três décadas, fontes subterrâneas podem ter dificuldade de abastecimento

até 30 anos.

Atualmente, de acordo com dados da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) e de pesquisas catalogadas no livro “Gestão das Águas do Maranhão”, do doutor e engenheiro civil e ambiental Lúcio Macêdo, exis-

tem aproximadamente 400 poços perfurados em diferentes pontos da Ilha. Somado a esse total, há os chamados lençóis freáticos - que são grandes extensões de água abaixo da superfície do solo, com parte da água doce do planeta. Mas, para a manutenção dos po-

ços - que extraem água dos lençóis - e dos lençóis propriamente ditos, é necessário possibilitar ao ambiente as condições favoráveis para que essa água, oriunda das reservas de água doce (bacias hidrográficas, por exemplo) e das chuvas, possa ser escoada.

É aí que está o problema da possibilidade de inutilização destas fontes em um futuro próximo. Por causa da formação de unidades habitacionais de maneira desenfreada e sem planejamento, o solo - que antes tinha uma capacidade x de extração de água - diminui a capacidade, dependendo das condições urbanas, em até 60%. “Quando se ocupa um solo indevidamente e que deveria estar aberto, para puxar essa água você diminui gradativamente essa possibilidade de que esta fonte de água tenha utilidade, ou um proveito ao menos próximo do ideal”, disse o doutor em Saneamento Ambiental Lúcio Macêdo, em entrevista a O Estado.

Além da construção de unidades habitacionais em excesso (necessárias também devido ao crescimento desordenado da população da Grande Ilha), outros fatores contribuem para a diminuição da capacidade de absorção das fontes subterrâneas na Ilha, como desmatamento, condições particulares do solo e assoreamento das re-

servas hidrográficas. “Quando você não contribui para a formação de áreas verdes no entorno dessas reservas subterrâneas, fica ainda mais difícil para a água descer e permanecer no solo. A ajuda, neste caso, das árvores seria fundamental, por motivos óbvios”, ressaltou o doutor, que lembrou a vigência de uma determinação, na capital, de que pelo menos 20% do solo urbano ocupado seja destinado à colocação de uma área verde.

Questionada sobre a política de responsabilidade de gestão das águas subterrâneas, em nota, o Governo do Estado informou que o programa Água para Todos, lançado em 2015 pelo Governo do Estado, tem como meta aumentar oferta de água tratada, visando melhorar o serviço prestado e, principalmente, a qualidade de vida das pessoas. Segundo o Governo, no total, a Caema disponibiliza 760 poços, os quais complementam abastecimento nas regiões em que o sistema não chega.

Continua em Cidades 2



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate <input type="checkbox"/> Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros	
DATA	24 e 25 / 03 / 2018	PÁG.	02 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Alternativas são escassas para reduzir dependência das fontes subterrâneas

Reservas, como Batatã, e o baixo número de poços perfurados pelos órgãos de controle ambiental para atender a demanda, revelam necessidade de investimentos

THIAGO BASTOS
Da equipe de O Fato

Com o lento e gradual esgotamento das fontes subterrâneas da Região Metropolitana, os investimentos na conservação de novas reservas de água devem ser uma prioridade na política de abastecimento populacional. Apesar disso, o que se vê atualmente é um conjunto de instrumentos arcaicos, que deveriam servir como apoio para as necessidades básicas de poços mais de um milhão de pessoas que vivem atualmente na Região Metropolitana de São Luís, de acordo com dados do IBGE. Um exemplo disso é a reserva do Baratã - localizada no Parque Estadual do Itaoca - que desde a distribuição dos mananciais foram sete na década de 1970 e se resumiu a apenas um atualmente e a uma opção desenfreada de seus aproveitamentos e sua capacidade de armazenamento reduzida.

Além do Baratã, o Sistema Itaitubá é uma fonte com grau de contaminação reduzido. Atualmente, de acordo com dados da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema), o Sistema Itaitubá opera diretamente para cerca de 90% da Grande Ilha. No entanto, considerando que o tempo de vida útil da tubulação que leva o líquido até as residências é estimado em cerca de 15 anos, há necessidade de redução gradual no vazão de água para impedir rompimentos excessivos na estrutura, como o que aconteceu há cerca de 10 dias. Segundo dados da Caema, de 2012 até agora, foram registrados - pelo menos - 13 rompimentos na adutora, o que compromete a tese de que a estrutura não suporta mais transporte a mesma vazão de água que era levado no início da década de 1980, quando entrou em funcionamento.

A diminuição na carga do Itaitubá e a ausência de outras estruturas de armazenamento é transparente de água ficam com que aumentasse o desperdício das fontes subterrâneas de água. Segundo a Caema, os seus mais próximos questões superam 18 milhões de habitantes, em caso de colapso na Ilha de São Luís e a Paciência. Ambos começaram a funcionar com uma capacidade de funcionamento de água que abrangia até 22 poços. No momento de acordo com levantamento feito pelo doutor em Saneamento Ambiental, Lucio Machado, existem apenas seis poços perfurados.

Se o espaço necessário do poder público quanto à oferta de fontes de água, sejam elas superficiais ou subterrâneas, a população pre-

Baratã era abastecido por diversas fontes

cia receber a outras opções, a que, ainda de acordo com o levantamento do especialista, é a atual estrutura de transporte de água e fontes escassas, seria possível atender uma população de apenas 500 mil pessoas, menos da metade da realidade populacional atual da cidade de São Luís, pertencente à Região Metropolitana.

Além da perfuração de poços que tem por particularidade, há ainda, por exemplo, a possibilidade de usar os serviços dos caminhões-pipa. Em ambos os casos, a grande dificuldade é a contaminação devido aos procedimentos adotados.

Carros-pipa

Sem as fontes de água necessárias, a ação dos caminhões-pipa é cada-



Sem as fontes de água necessárias, a ação dos caminhões-pipa é cada dia mais frequente em São Luís

PARA ENTENDER

Importância das águas subterrâneas

Levantamento do IBGE aponta que, no Brasil, as reservas de água subterrâneas são estimadas em aproximadamente 112 mil quilômetros cúbicos. Ou seja, em dados absolutos, 51% das pessoas que vivem em todo o país dependem das fontes de água que estão debaixo da terra. Deste percentual, 43% são constituídos por poços profundos. E apenas 6% sobrevivem a partir das fontes rasas. Em todo o estado, mais de 70% das cidades possuem abastecimento constituído de forma complementar e/ou principal por fontes subterrâneas.

Legislação

De acordo com dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) é assessorado diretamente pela Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS), que possui, entre suas atribuições, compatibilizar as legislações relativas à exploração e utilização de recursos referentes às águas subterrâneas, além de mecanismo de gerenciamento das águas subterrâneas. Ainda de acordo com o MMA, cabe aos órgãos estaduais a responsabilidade pelo gesto das águas subterrâneas.

NÚMEROS

112 mil quilômetros cúbicos e o quantitativo de reservas de água subterrâneas

1/3 da área da Região Metropolitana é propícia para a implantação de empreendimentos, com vista à captação de água subterrânea

70% das cidades do MA possuem abastecimento constituído de forma complementar e/ou principal por fontes subterrâneas.

das mais fundamentais. Não é difícil identificar várias condições de cálculo que dependem do tipo de funcionamento de água rasas, por particularidade. O caso do serviço, por razões de sua especificidade e alta necessidade, é considerado alto. Alguns locais usam o serviço diário, mesmo, o que mostra as despesas, por exemplo, dos condôminos.

De acordo com dados do site do Secretário Municipal de Saúde (Semsa), cabe à pasta municipal o controle dos pontos de coleta de amostras na rede de distribuição, assim como a fiscalização pelas empresas de manutenção dos caminhões-pipa. Além disso, é prerrogativa da Vigilância Sanitária Municipal - que integra a estrutura de controle do poder público municipal - realizar de forma periódica a coleta e a análise laboratorial de amostras de água que são usadas para consumo de parte da população da Ilha.

Outros problemas

A adutora do Sistema Itaitubá, além de registrar sucessivos rompimentos, também apresenta problemas na rede de sua nova estrutura, que começou a ser finalizada ainda em 2012 e que, até o momento, apresenta diversas falhas pelo Governo do Maranhão. Ainda não foi entregue. Em dezembro do ano passado, quando o Governo concluiu que teria finalmente a entrega da nova estrutura, ocorreu um rompimento em uma das peças que faz o fechamento da ligação entre a adutora antiga e a nova. O Governo chegou a sinalizar que o Itaitubá poderia ser usado para abastecer a população e abastecer a população. Até o momento, não há informação nova acerca das ações.

serviço de capital maranhense - citado no fim de década de 1960 - o Baratã também sofre com os impactos das mudanças climáticas, o principal, com o aumento ambiental causado as margens dos seus mananciais tipo já foram quase que integralmente destruídos, o que mostra as despesas, por exemplo, dos condôminos.

Mesmo com um bom volume de chuvas registrado, especialmente no mês de fevereiro deste ano, ainda não foi suficiente para dar o alívio

Adutora do Itaitubá apresenta problemas

volume mínimo de uso do Baratã à população, que chegou a ser ressupostado pelo abastecimento de mais de 100 mil pessoas em São Luís. No momento, não há informação para a criação de um novo reservatório na cidade ou de recuperação do atual sistema do Baratã que poderia ser, por exemplo, uma rede de canais para ligar a água das fontes existentes no Parque do Baratã, onde está situado o reservatório. "Se não um canal relativo ao mesmo bairro, no caso dos 18,5 milhões, mais importante, pois seria necessário um sistema que o Itaitubá atenda uma demanda. Há a possibilidade de captar a água, por exemplo, em um reservatório, disse Lucio Machado.

Outra solução seria o controle

de política de despoluição direta da água, por meio do tratamento do efluente. De acordo com dados do Governo do Maranhão, existem atualmente um milhão de habitantes para um totalidade. Uma ideia seria a de, onde for possível, a construção de um sistema de tratamento de efluente, que mesmo após a construção de uma fonte rasa pode ser melhor, ainda não opera em condições suficientes para atender a demanda populacional. O fato foi, inclusive, demonstrado por levantamentos realizados durante sessões e reuniões na Assembleia Legislativa.

Praias poluídas

Os dados do meio ambiente e as fontes de água também são de vital importância para a saúde da Ilha. De acordo com dados da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Semat), atualmente, registra-se contaminação da rede da Ilha em seu site oficial, as praias de São Luís, São José de Ribamar, Pico do Lume e Raposo estão em uma grande situação, imprópria para banho.

Apesar da constatação de duas situações apontadas pela Companhia de Saneamento Ambiental (Caema), com a construção de estruturas para a criação de um novo reservatório na cidade ou de recuperação do atual sistema do Baratã que poderia ser, por exemplo, uma rede de canais para ligar a água das fontes existentes no Parque do Baratã, onde está situado o reservatório. "Se não um canal relativo ao mesmo bairro, no caso dos 18,5 milhões, mais importante, pois seria necessário um sistema que o Itaitubá atenda uma demanda. Há a possibilidade de captar a água, por exemplo, em um reservatório, disse Lucio Machado.

Soluções

Das soluções apontadas, a mais importante, para o problema da oferta



Nascente do Rio Anil está em processo de degradação pela ação do homem

Bacias poluídas contribuem para a escassez de reservas

A Ilha é permeável, atualmente, por questões ambientais, reservas hídricas. Anil, Baranga, Itaitubá e Paciência. Devido, de acordo com especialistas, a Bacia do Paciência localizada na região oriental da Ilha de São Luís, por sua extensão já que ocupa uma área de aproximadamente 150 quilômetros quadrados está inserida nos quatro grandes municípios da Ilha: São Luís, São José de Ribamar, Pico do Lume e Raposo, é considerada uma importante para o abastecimento da Região Metropolitana. Encontrada, é a reserva mais atingida pelo lançamento indevido de dejetos e resíduos sólidos que, em contato com o solo, contaminam diretamente as reservas subterrâneas existentes. "Estimase que somente no aspecto dos poços perfurados, nem por falar nos sistemas convencionais de distribuição com o lançamento de dejetos oriundos de poluição das principais reservas superficiais", ressaltou o professor Lucio Machado.

Ele não considerou, para esta fase de coleta o percentual de população que pode haver em todas as reservas subterrâneas existentes na Ilha. "Há, neste caso, o comprometimento em algumas áreas com a questão do salitre, o que seria algo

natural pela proximidade de algumas das reservas das fontes superficiais. E ainda há a inclusão de grande carga de resíduos, devido à ausência de políticas públicas em reservas que, em vez de contribuir com o recarga das fontes subterrâneas, estão esgotando a carga da", disse Machado.

O lançamento indevido de dejetos, oriundos do descarte de lixo doméstico, resíduos de atividades industriais e de degradação a longo prazo do meio ambiente, também influencia direta e indiretamente na preservação de uma fonte que poderia ser útil para as próximas gerações da Ilha.

Rio Anil

O Estado esteve nesta semana em uma das nascentes do Rio Anil e constatou que boa parte dela está em processo de degradação. De acordo com Claudio Camargo, secretário de meio ambiente, os lançamentos de dejetos oriundos de poluição das principais reservas superficiais, ressaltou o professor Lucio Machado. Ele não considerou, para esta fase de coleta o percentual de população que pode haver em todas as reservas subterrâneas existentes na Ilha. "Há, neste caso, o comprometimento em algumas áreas com a questão do salitre, o que seria algo

SAIBA MAIS

Apenas um terço de áreas recomendadas
Dados do último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que a área atual da Região Metropolitana de São Luís é de aproximadamente 2.898 quilômetros quadrados. Destes, 907 quilômetros quadrados - ou apenas um terço - são recomendados para a "implantação de empreendimentos, com vista à captação de água subterrânea".

Apesar da delimitação natural, a Ilha possui uma área ocupada por construções que vai além do permitido, o que também contribui para a má gestão das reservas de água do subsolo. Além deste espaço naturalmente reservado para a fixação de imóveis em geral, existem outros sistemas cujas águas ficam em subsolo em profundidades entre 100 e 150 metros. No entanto, trata-se de volume com possibilidade maior de salinização, o que não seria uma fonte, a princípio, para consumo imediato.

de fontes de água para a população da Grande Ilha, duas delas são con-

Dessalinização da água seria uma solução

sideradas eficazes, porém de alto custo. A primeira se refere à dessalinização de água, diante da grande oferta hídrica de Grande Ilha. Em algumas empresas do ramo privado instaladas na cidade, este processo já é realizado em pequena escala e grande oferta de produção da Região Metropolitana - seria um investimento que em um primeiro momento, seria completamente inviável.

Outros referências ao plano corroboram a tese de que, com o desenvolvimento do processo em escala, há uma oferta de água em quantidade excessiva. De fato, de água há em abundância apenas 15% da água que é necessária para a produção, apenas 15% é necessário por água produzida, ou seja, há uma oferta para

ra ser consumida. Existem projetos de dessalinização em andamento em países como Israel e Arábia Saudita, com condições ambientais que são melhores que as brasileiras. No entanto, além da ausência de produção tecnológica local que viabilize o estudo à prática, em várias localidades, a instalação ainda está em fase de testes e aperfeiçoamento.

Apoio do MMA

De acordo com dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Programa Água Brasil investe em sistemas de dessalinização para abastecer em especial em áreas consideradas áridas, água com qualidade. No entanto, a dependência da população destas fontes ainda é considerada insuficiente para se dizer que o processo de retirada do sal da água do mar e consequente consumo já é uma solução sustentável. •





MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Outros			
DATA	24/03/2018	PÁG.	02
<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea	<input type="checkbox"/> Positiva	<input type="checkbox"/> Negativa

Bacias poluídas contribuem para a escassez de reservas

A Ilha é permeada, atualmente, por quatro grandes reservas hidrográficas: Anil, Bacanga, Tibiri e Paciência. Destas, de acordo com especialistas, a Bacia do Paciência (situada na posição oriental da Ilha de São Luís), por sua extensão (já que ocupa uma área de aproximadamente 150 quilômetros quadrados e está inserida nos quatro grandes municípios da Ilha: São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa), é considerada a mais importante para o abastecimento da Região Metropolitana. Em contrapartida, é a reserva mais atingida pelo lançamento indevido de dejetos e resíduos sólidos que, em contato com o solo, comprometem diretamente as reservas subterrâneas existentes. "Estima-se que, somente no aspecto dos poços perfurados, noventa por cento estejam comprometidos diretamente com o lançamento de dejetos oriundos de poluição das principais reservas superficiais", ressaltou o professor Lúcio Macêdo.

Ele não considerou, para essa faixa de cálculo, o percentual de poluição que pode haver em todas as reservas subterrâneas existentes na Ilha. "Há, neste caso, o comprometimento em algumas áreas com a questão do salitre, o que seria algo

natural pela proximidade de algumas destas reservas das fontes marítimas. E ainda há a inclusão de grande carga de resíduos, devido à ausência de políticas públicas em reservas que, em vez de contribuir com a recarga das fontes subterrâneas, estão as matando a cada dia", disse Macêdo.

O lançamento indevido de dejetos, somado ao descarte de lixo às margens destas reservas, além de degradar a imagem do meio ambiente, também influenciam direta e indiretamente na preservação de uma fonte que poderia servir para as próximas gerações da Ilha.

Rio Anil

O Estado esteve nesta semana em uma das nascentes do Rio Anil e constatou que boa parte dela está em processo de degradação. De acordo com Cláudio Gomes, morador da região, o lançamento de dejetos diretamente nas fontes fizeram com que a fonte fosse "sufocada" pela ação do homem. "Trata-se de uma reserva importante e que apresentava, em suas margens, várias fontes de água. Com o passar dos anos, estas fontes foram secando e, com o lançamento indiscriminado de dejetos, pode-se dizer que já é um rio praticamente morto", disse.

SAIBA MAIS

Apenas um terço de áreas recomendadas

Dados do último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que a área atual da Região Metropolitana de São Luís é de aproximadamente 2.898 quilômetros quadrados. Destes, 907 quilômetros quadrados - ou apenas um terço - são recomendados para a "implantação de empreendimentos, com vista à captação de água subterrânea". Apesar da delimitação natural, a Ilha possui uma área ocupada por construções que vai além do permitido, o que também contribui para a matança das reservas de água do subsolo. Além deste espaço naturalmente reservado para a fixação de imóveis em geral, existem outros sistemas cujas águas ficam em subsolo em profundidades entre 100 e 150 metros. No entanto, trata-se de volume com possibilidade maior de salinização, o que não seria uma fonte, a princípio, para consumo imediato.

de fontes de água para a população da Grande Ilha, duas delas são con-

ra ser consumida. Existem projetos de dessalinização bem executados em países como Israel e Arábia Saudita, cujas condições ambientais são, por essência, piores que as brasileiras. No entanto, além da ausência de produção tecnológica local que viabilize o estímulo à prática, em várias localidades, a iniciativa ainda está em fase de testes e aperfeiçoamento.

Dessalinização da água seria uma solução

sideradas eficazes, porém de alto custo. A primeira se refere à dessalinização da água, diante da grande oferta litorânea da Grande Ilha. Em algumas empresas do ramo privado instaladas na cidade, este processo já é realizado com sucesso. Para a grande oferta da população da Região Metropolitana, seria necessário um alto investimento que, em um primeiro momento, seria completamente inviável.

Dados referentes ao planeta corroboram a tese daqueles que defendem o uso do processo em localidades cuja oferta de água é considerada escassa. Do total de água do globo terrestre, apenas 3% são água doce e, deste percentual, apenas 0,35% é constituído por água potável, ou seja, àquela pronta pa-

Apoio do MMA

De acordo com dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Programa Água Doce investe em sistemas de dessalinização para oferecer, em especial em áreas consideradas áridas, água com qualidade. No entanto, a dependência da população destas fontes ainda é considerada insuficiente para se dizer que o processo de retirada do sal da água do mar e consequente consumo já é uma solução consolidada. ●

▶ VÍDEO NA
VERSÃO DIGITAL

oestadoma.com



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA () O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate'' () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros <u>Informe JP</u>	
DATA	24 / 03 / 2018	PÁG.	<u>03</u> () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Jagunços presos

Três jagunços foram presos na madrugada de terça (20), após dispararem contra a casa de um líder da comunidade de Estiva do Cangati, em Belágua.

Edvaldo Lago Teles, Vicente da Conceição Azevedo e Jefferson do Nascimento Almeida foram capturados pela PM portando três armas de fogo, usadas para disparar contra a casa da liderança rural.

Um ferido

O ataque dos jagunços – que

foram presos e levados para Urbano Santos – deixou uma pessoa ferida (sobrinho do alvo dos criminosos).

Comunidade tradicional

A comunidade de Estiva do Cangati (uma área com 3 mil hectares de terras abriga 37 famílias.

Em seus quase 100 anos de existência, a comunidade tem sido, constantemente, alvo de atentados por parte de pessoas que querem se apossar das terras.

Fiscal foi solto

O desembargador José Luiz Oliveira de Almeida, da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão, determinou a soltura de Júlio César Coelho, fiscal da Blitz Urbana de São Luís, que está afastado de suas funções, após ser acusado de cobrar propina de comerciantes.

A sentença é do dia 12, mas só foi dada a conhecimento público ontem.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos		<input type="checkbox"/> Debate	
<input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
Outros		Caderno 2	
DATA	24 / 03 / 2018	PÁG.	01
<input type="checkbox"/> Gerada		<input type="checkbox"/> Espontânea	
<input type="checkbox"/> Positiva		<input type="checkbox"/> Negativa	

Perto da data para sua conclusão, obra de revitalização do antigo Sioge segue parada

Ordem de serviço para reforma do prédio foi assinada em janeiro de 2017 e tudo deveria ficar pronto em junho deste ano

UCIENE VIEIRA



FOTOS: GILSON FERREIRA E DIVULGAÇÃO

Passado mais de um ano da assinatura da ordem de serviço, prédio do antigo Sioge deveria estar praticamente com a obra concluída

altando aproximadamente dois meses e uma semana para chegar à data na qual as obras de revitalização do antigo prédio onde funcionou o Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado (Sioge) deveriam estar concluídas – 2 de junho deste ano –, os serviços estão totalmente paralisados. Desde o meio do ano passado, não são possíveis as operações no imóvel, situado na Rua Antônio Rayol, o lado do Mercado Central. O casarão foi cedido para a Universidade Federal do Maranhão (Ufma), pelo governo estadual por um prazo médio de 10 anos, para abrigar o futuro Museu de Arqueologia do Maranhão, e também o curso de graduação de Arqueologia. Em 2017, o orçamento previa aplicação de mais de R\$ 8 milhões no projeto recuperação do antigo Sioge, no entanto, funcionários e donos de lojas próximas ao prédio afirmaram que nenhum recurso foi comprometido, com exceção para a troca do telhado do imóvel. O recurso para a obra foi garantido pela Petrobras, por meio da compensação ambiental devido a retirada da Refinaria Remium, que deveria ter sido instalada no município de Bacabeira. A empresa licitada a Novo Horizonte, e a ordem de serviço foi assinada entre a Ufma e a empreiteira no dia 6 de fevereiro do ano passado, o gabinete da Reitoria, com a presença da reitora Nair Portela, o representante da Petrobras, Rogério Manso; da presidente do Iphan nacional, Kátia Bogéa; o representante do Iphan/MA, Maurício Itapary; e do prefeito da Cidade Universitária à época, Guilherme Abreu. No entanto, nenhuma parte da obra está em operação, mas o tapume foi colocado para isolar o local. Enquanto os serviços não são realizados, segundo a comerciante Dyulliana Teles, a cerca metálica impediu de o local continuar servindo para o tráfico de consumo de drogas, além de brigo para moradores de rua. Dyulliana disse que viu ainda em 2017 operários trocando as telhas do imóvel, mas, apenas

isso teria sido feito. “Não vi mais nenhum movimento de usuários de droga, moradores de rua, e assaltantes no Sioge. E a única coisa feita foi a troca do telhado”, informou a comerciante. Maura Nascimento, que há 10 anos trabalha em uma farmácia que fica em frente ao prédio, complementou a fala de Dyulliana. “Todo ano, na última década, um serviço paliativo mínimo é feito na antiga sede do Sioge. Eu até me empolguei, quando o projeto de recuperação foi assinado. No entanto, os tapumes já ajudam bastante no quesito segurança para esta área; quase não há mais assaltos por aqui”, disse Maura. As menções feitas por Dyulliana e Maura se dão pelo histórico do prédio depois de abandonado. Em abril de 2016, um usuário de droga, em situação de rua, identificado como Júnior, de aproximadamente 20 anos, foi morto com uma pedrada na cabeça, enquanto dormia

dentro do antigo Sioge. Em 2015, populares encontraram um feto no local e acionaram a polícia. Em 2012, o corpo de um homem identificado como José Carlos Oliveira Barbosa, 34, foi encontrado em um lixão, próximo ao prédio. **HISTÓRIA** O prédio, um dos mais antigos de São Luís, antes de abrigar o Sioge. Era a Fábrica Progresso – um empreendimento do século XIX de fiação e tecelagem que foi criada em 1892, inicialmente com 150 teares para uma produção anual de 70.000 metros/ano, e 160 operários. O Sioge, desativado desde o ano de 1997, abrigou um dos maiores parques gráficos da Região Nordeste e chegou a ter 200 funcionários com destacada atuação no cenário editorial do Brasil. No prédio, era editado, por exemplo, o Diário Oficial Especial. **UTILIDADE** O prédio deverá custodiar

os achados arqueológicos da área na qual deveria ter sido implantada a Refinaria Premium, no município de Bacabeira, e também os artefatos que fazem parte do projeto acadêmico desenvolvido pelo Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal. Entre as peças, estão objetos que comprovam o contato dos povos nativos com populações oriundas da América Central. O monumento histórico, após a conclusão da obra, abrigará também o curso de História e a Pós-Graduação em Arqueologia da Ufma. O espaço contará com salas, laboratórios, almoxarifado, auditório, biblioteca. **OUTRO LADO** Por meio de nota, a Universidade Federal do Maranhão (Ufma) informou que “a obra de restauração do antigo prédio do Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado (Sioge) foi paralisada devido às exigências para a aprovação orçamentária junto ao órgão financiador”. E que “a situação já foi resolvida, e a previsão de reinício da obra será na primeira quinzena de abril”.



Após o fim dos serviços de revitalização, imóvel irá abrigar o Museu de Arqueologia do Maranhão

POLÍCIA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA	
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros	
DATA	26 / 03 / 2018
PÁG.	07
<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Motorista com sinais de embriaguez mata médico na MA-204

Vítima fazia caminhada com familiares com destino a São José de Ribamar, onde pagaria uma promessa, quando foi atropelado e morreu antes de ser atendido

THIAGO BASTOS
Da equipe de O Estado

O motorista identificado como Gilson Carlos Barros Ferreira, de idade não revelada e que atropelou o médico Luis Carlos Cantanhede, estava com sinais de embriaguez. Foi o que atestou o exame, feito horas após o acidente registrado no início da manhã de ontem, 25, em um trecho da MA-204 (que dá acesso a São José de Ribamar). O motorista prestou depoimento até o início da tarde, no plantão do Maiobão e, em seguida, foi conduzido para o Complexo de Pedrinhas, onde deverá responder por homicídio na forma simples, cuja pena prevista inicialmente é de seis a 20 anos de reclusão.

Além de estar com sinais de embriaguez, de acordo com a polícia técnica que esteve no local do acidente, o veículo conduzido pelo motorista apontado como autor do atropelamento, um Celta, cor prata e de placas NND-5533, estava com os pneus gastos. De acordo com a perícia, os pneus traseiros estavam praticamente "carecas", o que contribuiu diretamente para que o veículo deixasse a pista e atropelasse o médico, que seguia a pé até a cidade bañeá-



Médico Luis Carlos Cantanhede que foi atropelado e morto na MA-204

ria para pagar uma promessa, após cura de um câncer.

O corpo do médico Luis Carlos

Cantanhede deu entrada no Instituto Médico Legal (IML) às 9h30 de ontem e após exames, foi liberado

por volta das 13h. Em seguida, foi levado para a Central de Velórios da Pax União, no Centro, onde foi velado. Ele será enterrado hoje em local que não foi informado pela família do médico.

Segundo informações do IML, o médico, após ser atingido pelo veículo, ainda foi socorrido e levado para um hospital particular da cidade, no entanto, não resistiu aos ferimentos. Conhecido entre os médicos, Luis Carlos Cantanhede era definido por amigos e familiares como uma "ótima pessoa". O também médico Érico Cantanhede, primo de Luis Carlos, postou nas redes sociais um texto em que diz que "acidentes de trânsito matam tanto quanto o câncer, principalmente se associado ao álcool, ou seja, o álcool é um verdadeiro câncer pois está vinculado a várias tragédias que nesse caso poderia ter sido evitada".

Agressão

O Estado apurou, junto a fontes policiais que, por pouco, o motorista envolvido no atropelamento do médico não foi agredido por populares. Para isso, foi necessária a ação de amigos do motorista, que chegaram para protegê-lo e, em seguida, levá-lo até o plantão do Maiobão. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
() O Estado do MA () O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate''	() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog
EDITORIA	
() Política () Cidades / Vida () Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia	Outros
DATA	26 / 03 / 2018
PÁG.	12
() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa	

Acidente

Motorista bêbado atropela e mata médico na Estrada de Ribamar

FOTOS: DIVULGAÇÃO

O médico urologista Luís Carlos Muniz Cantanhede, de 56 anos, perdeu a vida, na manhã deste domingo (25), por volta das 8h50, ao ser atropelado na Estrada de Ribamar. O acidente ocorreu no momento em que Cantanhede se dirigia a pé, com a família, pagando uma promessa para São José de Ribamar por ter se recuperado bem de um câncer. O autor do atropelamento foi identificado como Gilson Carlos Barros Ferreira, de 32 anos. De acordo com informações do Centro Integrado de Polícia e Segurança (Ciops), Gilson Carlos, residente na Unidade 105, Rua 6, Cidade Operária, dirigia um veículo Celta prata, de placa NND-5533-São Luís, com sintomas de embriaguez alcoólica. De acordo com informações já levantadas pela Polícia, ele trafegava em alta velocidade e, com o asfalto molhado devido à chuva, perdeu o controle do veículo e passou para a outra pista, atropelando o médico, que se dirigia a pé com a família para São José de Ribamar.

Luís Carlos Cantanhede, que residia na Avenida dos Holandeses, na Ponta da Areia, recebeu os primeiros socorros de homens do Corpo de Bombeiros,



O médico Luis Carlos Cantanhede morreu ao ser atropelado por um Celta na Estrada de Ribamar

e em seguida foi encaminhado ao Hospital São Domingos, onde foi atendido pelo próprio filho, que estava de plantão. Mas não resistiu.

Um agente penitenciário que passava no momento do acidente, a pedido do próprio autor do atropelamento, que temia ser linchado, levou-o para o Quartel da PM Canaã, de onde ele foi conduzido para o Plantão do Maiobão. Gilson

Carlos foi autuado em flagrante pelo delegado Sebastião Uchoa, no Plantão do Maiobão, por 'homicídio simples'.

Tão logo terminou o auto de flagrante, Gilson foi recolhido ao xadrez, por se tratar de crime inafiançável. O delegado Uchoa explicou a O **INFORMANTE** que decidiu autuar o condutor por homicídio simples, por dolo eventual, e também por embriaguez ao volante. Policiais

do Batalhão de Polícia Militar Rodoviário (BPRV) realizaram dois testes de alcoolemia em Gilson. Ambos apontaram índice de álcool no sangue do condutor do Celta, superior a 0,34, o que permite enquadrá-lo em 'crime de trânsito'. No primeiro teste, deu índice de 0,84 e no segundo, 0,73. O caso será investigado pela Superintendência de Homicídios de Proteção à Pessoa.

(JHANYFER CARVALHOS)

danissa

Gabinete do Desembargador Fraz Sobrinho
 Endereço: TIJMA - Praça D. Pedro II, s/n, Centro, São Luís - MA
 CEP: 65010450 Fone(fax): 0xx 98 2108-9929 / 9282



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
**COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO**

VEÍCULO			
() O Estado do MA () O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate” () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida () Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia () Outros			
DATA	26 / 03 / 2018	PÁG.	12 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Foragido por matar taxista no bairro Santa Bárbara é preso

João Pedro Santos da Silva, o “JP”, de 18 anos, foi encontrado pelo 15º Distrito Policial (DP), São Raimundo, na sexta-feira (23), em cumprimento a mandado de prisão preventiva. Ele era procurado por ter matado o taxista Luiz Carlos Mousinho da Silva, 54, crime ocorrido no dia 20 de dezembro do ano passado no bairro Santa Bárbara, zona rural de São Luís.

De acordo com o delegado Jorge Pacheco, titular do 15º DP, foram três meses de intensa investigação, sendo que todos os envolvidos nesse latrocínio (roubo que resulta em morte) já foram identificados e estão com mandados de prisão e busca e apreensão decretados pela Justiça.

Na noite de sábado (24), por volta das 21h40, policiais do Batalhão de Turismo (BPTur), ao realizarem rondas nas proximidades da

rotatória do Anel Viário, foram acionados por populares, pois uma senhora estava sendo agredida por um homem.

Ao tomarem conhecimento da situação foi verificado que o homem, identificado como Aldacy Pontes Brito, de 33 anos, era esposo da vítima, e que após ingerir bebida alcoólica ficou alterado e agrediu a companheira em seguida.

A guarnição tentou apaziguar a situação e encaminhar o suspeito para prestar depoimento na delegacia junto com a vítima. Mas os policiais foram ameaçados de morte. O agressor Aldacy Brito



João Pedro, apontado como latrocida, foi preso no São Raimundo

foi conduzido com a vítima ao Plantão da Polícia Civil da Rua das Cajazeiras.

(JHANYFER CARVALHOS)

Polícia prende no Coroadinho mais um envolvido em morte de adolescente

A Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP) deu cumprimento a mandado de prisão preventiva decretado contra Ricardo da Costa Silva, na sexta-feira (23), por homicídio e tentativa de homicídio. No dia 26 de novembro de 2017, como fontes da Polícia Civil informaram, ele participou do assassinato de Deigliane Jardiele Santos de Sousa, de 13 anos, no bairro do Coroadinho, na capital maranhense.

“Nando”, como é conhecido, além da morte da jovem, também responde pela tentativa de homicídio contra Iarly Cunha Ramos, 19. Um comparsa dele, Werbson Campos Torres, o “Werbeth”, tinha sido preso no último dia 15 no Coroadinho, durante uma operação realizada pela SHPP, Grupo de Serviço Avançado (GSA) do 1º Batalhão de Polícia Militar (BPM), 2ª Unidade de Segurança Comunitária (USC) e 10º Distrito Policial (DP), Bom Jesus. Os dois presos por esse crime são integrantes da facção Primeiro Comando da Capital (PCC), conforme fontes da polícia consultadas pelo **Jornal Pequeno**.



Ricardo Costa também está sendo apontado como envolvido em morte de adolescente

Acusado de praticar feminicídio em Goiás é preso no Maranhão

A Polícia Civil do Maranhão efetuou a prisão, na noite de sexta-feira (23), em Imperatriz, de João Machado da Silveira, de 53 anos, por um crime de feminicídio ocorrido na cidade de Catalão, no estado de Goiás, onde assassinou sua ex-esposa por não aceitar o fim do relacionamento.

A prisão foi realizada por intermédio da 10ª Delegacia Regional de Imperatriz, que cumpriu o mandado de prisão preventiva expedido pelo juiz Reinaldo Aparecido Barros, da comarca de Catalão (GO). João Silveira é acusado de feminicídio por assassinar a tiros sua ex-companheira, Adriana da Silva, de 39 anos, na garagem de sua residência na cidade de Catalão. Após investigação desencadeada pelos investigadores da Delegacia de Homicídio de Imperatriz, os policiais chegaram ao local onde ele se encontrava escondido, e em seguida o prenderam.

João Silveira estava há cerca de 10 meses na cidade de Imperatriz, trabalhando em uma oficina mecânica no bairro Maranhão



João Silveira é acusado de ter assassinado a ex-esposa em Goiás

Novo. Após receber voz de prisão o suspeito foi conduzido à Delegacia Regional e em seguida foi encaminhado ao presídio regional de Imperatriz, onde permanece à disposição da Justiça.

(JHANYFER CARVALHOS)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
**COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO**

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Outros			
DATA	26 / 03 / 2018	PÁG.	07
	<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea	<input type="checkbox"/> Positiva
	<input type="checkbox"/> Negativa		

Justiça mantém presos envolvidos com máfia

Juiz Luiz Régis Bonfim da 1ª Vara Criminal da Justiça Federal, determinou a liberdade de apenas três trabalhadores envolvidos

Apesar dos apelos das defesas, a Justiça deverá manter presa a maioria dos acusados de envolvimento no caso de contrabando desbaratado pela polícia no dia 21 de fevereiro deste ano. No sábado, 24, o juiz Luiz Régis Bonfim Filho, da 1ª Vara Criminal da Justiça Federal, determinou a liberdade

de Rodrigo Santana Mendes, Eder Carvalho Pereira e Edmilson Silva Macedo, considerados peças de menor importância no esquema que movimentou, segundo as investigações, pelo menos R\$ 2 milhões. Apesar da solução destes homens, a Justiça entende que os demais acusados têm

envolvimento direto no esquema.

A defesa de Edmilson Macedo contou a O Estado, sobre a solução, que seu cliente não "sabia de nada". De acordo com a defesa, o homem foi "apenas contratado para transportar as pessoas" e recebia um determinado valor por isso.

Segundo a polícia, Edmilson Macedo era o condutor do veículo que transportava os estivadores de São Mateus, município maranhense, para o sítio em Quebra-Pote (zona Rural de São Luís). Além de Edmilson os outros dois homens soltos seriam estivadores e caseiros do sítio.

Dentre os acusados que ainda seguem presos, está o ex-superintendente Estadual de Investigações Criminais (Seic), Tiago Bardal. Ele foi apontado pela Secretaria de Segurança Pública (SSP) como um dos "cabecas" do esquema e responsável direto por proteger a operação que era responsável pelo transporte e entrega ilegais de cargas (cigar-

ros e uísques) oriundos de países, como o Suriname.

Outro acusado de envolvimento no crime, o ex-vice-prefeito da cidade de São Mateus (MA), Rogério Sousa Garcia, foi responsável, em uma gravação obtida pela polícia, por apontar supostamente o envolvimento de um secretário e deputados no esquema. Até o momento, indagada por O Estado, a SSP ainda não confirmou quem seriam essas pessoas e se, de fato, têm participação direta ou indireta no esquema.

Investigações continuam

Apesar de não confirmar oficialmente, a SSP, via departamento res-

ponsável por combate à corrupção, mantém equipe que permanece na investigação do caso. A ideia é saber quando o esquema começou e se há outras pessoas beneficiadas que ainda não foram apontadas por acusados ou que ainda não surgiram durante as apurações. ●

NA WEB

Criança é encontrada morta na cama dos pais

oestadoma.com/443659

Mais notícias de Polícia em oestadoma.com

Bando que alvejou unidade da PRF é interestadual

Até o fechamento desta edição, pelo menos dois dos envolvidos no esquema haviam sido presos

A polícia confirmou a O Estado que a quadrilha responsável por alvejar, na noite de sexta-feira, 23, uma unidade da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em Açailândia (MA), é composta por integrantes de pelo menos três estados: Maranhão, Goiás e Pará. Ainda de acordo com as investigações, o grupo é especializado em assaltos a bancos e desejava tomar armamento e outros itens da polícia (como coletes balísticos, por exemplo), para a execução de novas ações delituosas.

No sábado, 24, horas após o incidente, a PRF recebeu informações de que suspeitos do crime estavam em uma residência no bairro Plano da Serra, em Açailândia (MA). A partir daí, uma equipe adentrou o imóvel e encontrou um dos acusados, identificado apenas como Paulo André. Na casa, foram encontrados um veículo usado na ação (de marca não revelada), além de uma espingarda calibre .32 e uma réplica de pistola.

Em seguida, outro homem envolvido no grupo também foi preso. Ele não teve o nome revelado, até o fechamento desta edição. Segundo um deles, em depoimento uma das ramificações do grupo está situada na cidade de Goiânia (GO). Até o fechamento desta edição, nenhum outro homem envolvido no caso havia sido preso.

Entenda

Segundo relatos da PRF, a ação aconteceu por volta das 22h50 de sexta-feira, 23. Poucos minutos antes de atirar



Paulo Anfré, acusado do ataque

na unidade, os assaltantes (seriam inicialmente seis no total e que estariam em um veículo ainda não identificado), invadiram uma base da Polícia Militar localizada na BR-222 em Pequiza, em Açailândia, e levaram refém, na viatura da própria Polícia Militar do Maranhão (PM), o único policial que estava no momento do assalto. Em seguida, se dirigiram para a PRF de Açailândia e ao chegarem ao posto, atropelaram cones e desceram com o PM servindo de escudo.

No momento em que o bando chegou à sede da PRF, outro policial militar que estaria de folga começou a trocar tiros com os assaltantes. Após a troca de tiros, os bandidos conseguiram fugir levando um colete e um cinto da guarnição com um carregador com munição para pistola ponto 40. Eles fugiram em direção à Buriticupu. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros	
DATA	26 / 03 / 2018	PÁG.	03 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Liberados

O juiz federal Luiz Régis Bomfim Filho determinou, no, sábado, 24, a liberação de três dos envolvidos no caso de contrabando desbaratado pela polícia maranhense.

Foram soltos Rodrigo Santana Mendes, Eder Carvalho Pereira e Edmilson Silva Macedo, considerados peças de menor importância dentro do esquema.

Um dos soltos, Edmilson Silva Machado, era o condutor da van que transportava os estivadores, de São Mateus para o sítio onde ficava a carga contrabandeada.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog
EDITORIA	
<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA	25 e 26 / 03 / 2018 PÁG. 07 <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

TREINAMENTO

Bandidos atacam posto da PRF, roubam viatura e sequestram PM em Açailândia

A polícia ainda não conseguiu localizar a quadrilha que atacou a tiros a Unidade Operacional da Polícia Rodoviária Federal (PRF) de Açailândia, localizada na BR 222, no sudoeste do estado do Maranhão, por volta das 22h50 de sexta-feira (23). A UOP foi alvejada por tiros de arma calibre 12 e de pistolas disparados por seis homens encapuzados que invadiram o posto usando um refém policial militar como escudo.

Segundo novos relatos da PRF, antes de atirar na UOP, os seis assaltantes, invadiram uma base da Polícia Militar localizada na BR-222 em Pequiá, em Açailândia, e levaram refém, na viatura da PM, o único policial que estava no momento do assalto. Em seguida se dirigiram para a UOP PRF de Açailândia, quando chegaram no posto atropelando cones e descendo com o PM servindo de escudo.

Outro policial militar, que, de folga, passava no instante, achou estranho uma viatura da PM chegar daquela forma atropelando os cones, e parou seu veículo. Os assaltantes desceram usando o policial militar como



A quadrilha fez o maior estrago durante o treinamento de como assaltar bancos

escudo e avançaram em direção ao interior do posto PRF, enquanto o refém pedia para os PRFs não atirar, pois ele era policial e estava como refém.

Quando os bandidos atiraram, o policial militar que estava de folga, e por se encontrar em um ângulo favorável, sacou a pistola e efetuou disparos contra os bandidos. Sem poder atirar, por conta do policial refém, os PRFs se abrigaram no interior das instalações da UOP, enquanto os assaltantes entraram e levaram um colete,

um cinto de guarnição com um carregador com munição para pistola PT 100 .40.

Em seguida, na viatura da PM, os bandidos deixaram o local sentido Buriticupu, levando o refém. Mais na frente, ainda no município de Açailândia, tomaram uma picape branca de assalto. O veículo pertence a uma empresa da região. Estouraram os pneus da viatura da PM e a abandonaram. Mais na frente pegaram a esquerda e se dirigiram para uma plantação de eucalipto, onde abandonaram a picape e o refém,

que ficou preso no interior do veículo, mas não ficou ferido.

Várias equipes da PRF, de diferentes regiões, se deslocaram para dar apoio na ocorrência e tentar prender os assaltantes. São reforços de São Luís, Imperatriz, Santa Inês, Dom Eliseu (PA), Belém (PA) e de outros locais. A Polícia Militar também mobilizou seu efetivo e equipamentos em toda a região.

As investigações já foram iniciadas na tentativa de identificar, localizar e prender a quadrilha de assaltantes.

Polícia prende traficantes de drogas em Timon

Policiais civis da Senarc, unidade Timon, efetuou no final da tarde de sexta-feira, (23), por volta das 17h, a prisão em flagrante delito dos elementos Sebastião da Silva, o "Tião", 39 anos, José Wilson da Silva, 26 anos, Erlene Ferreira dos Santos Sousa, 36 anos e Glaucilene de Matos Teófilo, 23 anos.

Todos foram presos pela prática dos crimes de tráfico e associação ao tráfico de drogas, além de crime ambiental. A operação da Senarc, apoiada pela Delegacia Regional de Homicídios e 2 DP de Timon,



Os dois casais foram presos em flagrante pela polícia

se deu em cumprimento a dois Mandados de Busca e Apreensão expedidos pelo juízo da 2

Vara Criminal da comarca de Timon, após representação formulada pela Senarc.

Os Mandados foram expedidos para 2 casas situadas no bairro Centro Operário, local onde residem os irmãos Sebastião da Silva e José Wilson da Silva, já bastante conhecidos no meio policial.

Nas residências foi encontrado vasto material relacionado à prática do tráfico de drogas, tais como, balança de precisão, dinheiro, MACONHA (aprox 1kg), CRACK (em pedras embaladas para venda), material plástico utilizado na embalagem das drogas e um simulacro de arma de fogo (pistola).



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
**COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO**

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Correo de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos			
<input type="checkbox"/> Debate			
<input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input checked="" type="checkbox"/> Polícia
			Outros
DATA	25 / 03 / 2018	PÁG.	12
		<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea
		<input type="checkbox"/> Positiva	<input type="checkbox"/> Negativa

Segunda etapa da Operação Gancho interdita estabelecimentos em São Luís

DJVLGACÃO

A segunda etapa da Operação Gancho foi deflagrada na sexta-feira (23) para fiscalizar estabelecimentos comerciais, na região central de São Luís. Numa iniciativa do Instituto de Proteção e Defesa do Cidadão e Consumidor (Procon/MA), a ação contou com o apoio da Polícia Militar e da Secretaria de Segurança Pública (SSP).

A operação, que visa combater a comercialização de produtos irregulares, emissão de nota fiscal e sonegação de impostos, verificou também a autorização para exercício da atividade, além de precificação dos produtos.

Durante a ação, foram investigados empreendimentos da Rua de Santana, no Centro da capital. Todas as lojas foram notificadas com antecedência de dois meses para se regularizar. Pelo descumprimento, as lojas Belíssima Atacado e Varejo, Gerson do Rosário Soares Ferreira, Exclusiva Moda Feminina, Preciosa Moda Feminina e Luiza Modas tiveram suas atividades temporariamente suspensas por ausência de alvará de funcionamento e certificação de aprovação do Corpo de Bombeiros, por não emissão de nota fiscal, ausência de precificação dos produtos e não manutenção de exemplar do Código de Defesa do Consumidor.

Já a loja Marina Pereira Noronha (Lanches) foi autuada para apresentar o atestado da Vigilância Sanitária e certificado de aprovação do Corpo de Bombeiros; e a loja Comercial China de Artigos, para providenciar a retificação do endereço do estabelecimento na nota fiscal emitida ao consumidor. Os estabelecimentos têm dez dias para apresentar defesa, contados a partir do recebimento da autuação. O descumprimento pode se caracterizar como crime de desobediência nos termos do artigo 330, do



Operação fiscalizou estabelecimentos comerciais na Rua de Santana

Código Penal, ficando sujeito, ainda, a sanções administrativas e civis cabíveis.

Segundo o presidente do Procon/MA, Duarte Júnior, esforços não são medidos pelo órgão para colocar em prática o que preconiza a lei, sem exceção, para o cumprimento de todos. "Com objetivo de garantir uma livre e justa concorrência empresarial, bem como pleno respeito aos direitos dos consumidores, deflagramos mais uma etapa da Operação Gancho. Nesta, identificamos cinco estabelecimentos que, apesar de terem sido notificados há mais de dois meses, ainda forneciam produtos sem apresentar nota fiscal e não possuíam alvará para o exercício da

sua atividade. É desleal quando empresários cumpridores da lei formalizam seus negócios e geram empregos têm que concorrer com quem desempenha suas atividades de forma irregular", afirmou.

PRIMEIRA ETAPA

Iniciada no dia 29 de novembro de 2017, a Operação Gancho realizou durante mais de 16 meses investigação em 180 lojas de São Luís para apurar a procedência dos produtos comercializados ao consumidor maranhense. Na oportunidade, foram apreendidas aproximadamente 15 mil mercadorias irregulares.

Gabinete de Desembargador Feres Sobrinho
Endereço: TUMA - Praça D. Pedro II s/n, Centro, São Luís - MA.
CEP: 65010-120 Fone(fax): 0xx 98 2106-9999/9993



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral Polícia Outros

DATA 25 / 03 / 2018 PÁG. 12 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

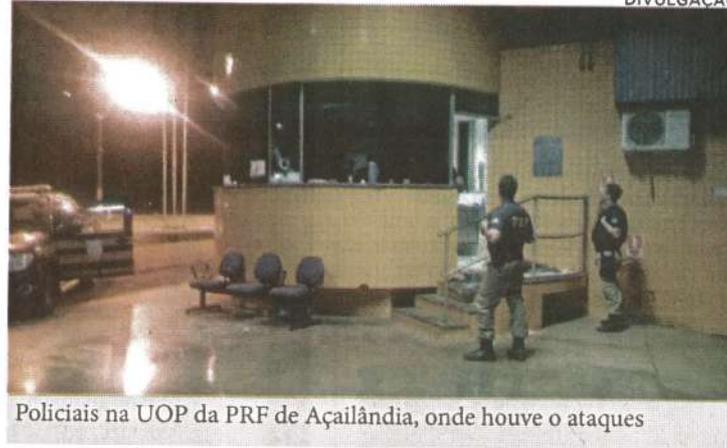
Policia militar é feito refém durante ataque à base da PM e da PRF em Açailândia

De acordo com a Polícia Rodoviária Federal, os suspeitos estavam à procura de armas

LUCIENE VIEIRA

Um policial militar foi feito refém na noite de sexta-feira (23), quando seis homens encapuzados invadiram uma base da Polícia Militar, localizada na BR-222, em Pequiá, no município de Açailândia. De acordo com a 18ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal (PRF), suspeitos armados passaram diante da base da PM e levaram refém, na viatura da corporação, o único policial que estava no momento do assalto. E, logo em seguida, invadiram a Unidade Operacional (UOP) da PRF de Açailândia, por volta das 22h50, de onde roubaram colete balístico, rádios de transmissão (HTs), além de um cinto de guarnição, com um carregador com munição para pistola ponto 40.

De acordo com o inspetor Antônio Norberto, da 18ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal, a UOP foi alvejada por tiros de arma calibre 12 e de pistolas, disparados pelo bando que invadiu o posto usando um policial militar como escudo. Sendo que, minutos antes de



DIVULGAÇÃO

Policiais na UOP da PRF de Açailândia, onde houve o ataques

atirar na UOP, os seis assaltantes, invadiram uma base da Polícia Militar localizada na BR-222 em Pequiá, em Açailândia, e levaram refém, na viatura da PM, o único policial que estava no momento do assalto. Em seguida se dirigiram para a UOP PRF de Açailândia, quando chegaram ao posto atropelando cones e descendo com o PM servindo de escudo.

De acordo com Antônio Norberto, outro policial militar, que, de folga, passava no instante, achou

estranho uma viatura da PM chegar daquela forma atropelando os cones, e parou seu veículo. Os assaltantes desceram usando o policial militar como escudo e avançaram em direção ao interior do posto da PRF, enquanto o refém pedia para os policiais rodoviários federais não atirar, pois ele era policial e estava como refém. Quando os suspeitos atiraram, o policial militar que estava de folga, e pôr se encontrar em um ângulo favorável, sacou a pistola e efetuou disparos contra

o bando.

Sem poderem atirar, por conta do policial refém, os PRFs se abrigaram no interior das instalações da UOP, enquanto os assaltantes entraram e levaram um colete, um cinto de guarnição com um carregador com munição para pistola ponto 40. Antônio Norberto afirmou que o bando estava à procura de armas.

Em seguida, na viatura da PM, deixaram o local sentido Buriticupu; levando o refém. Mais na frente, ainda no município de Açailândia, tomaram uma picape branca de assalto. Estouraram os pneus da viatura da PM e a abandonaram. Mais na frente, pegaram à esquerda e se dirigiram para uma plantação de eucalipto e, ali, também abandonaram a picape e o refém, que ficou preso no interior do veículo, mas não ficou ferido.

Várias equipes da PRF, de diferentes regiões, se deslocaram para dar apoio na ocorrência e tentar prender os assaltantes. Segundo a PRF, são reforços de São Luís, Imperatriz, Santa Inês, Dom Eliseu (PA), Belém (PA) e de outros locais. A Polícia Militar também mobilizou seu efetivo e equipamentos em toda a região. As investigações já foram iniciadas na tentativa de identificar, localizar e prender a quadrilha de assaltantes.

Timon Senarc captura traficantes e apreende maconha e crack

Equipe da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc), unidade Timon, conseguiu interceptar na sexta-feira (23) um quilo de maconha e pedras de crack embaladas para venda, em duas casas, no bairro Centro Operário. O flagrante ocorreu nas residências dos irmãos Sebastião da Silva, o "Tião", de 39 anos; e José Wilson da Silva, 26, que já seriam bastante conhecidos da polícia; eles já respondem a vários processos na Justiça, como acusados da prática de homicídios (comarcas de Timon e Matões/MA) e tráfico de drogas.

De acordo com o delegado Carlos Alessandro, em uma das casas os policiais encontraram ainda uma Arara Vermelha, situação caracterizadora de Crime Ambiental; houve também a apreensão de um simulacro de arma de fogo. Nas dependências dos imóveis, cujos mandados de busca e apreensão foram expedidos pelo juízo da 2ª Vara Criminal da comarca de Timon, após representação formulada pela Senarc, estavam Erlene Ferreira dos Santos Sousa, 36, e Glaucilene de Matos Teófilo, 23 anos. Tanto as duas mulheres quanto Sebastião e José foram presos pela prática dos crimes de tráfico e associação ao tráfico de drogas, além de crime ambiental. (LUCIENE VIEIRA)

DIVULGAÇÃO/SENARC



Sebastião Silva, José Wilson, Erlene Ferreira e Glaucilene de Matos foram rendidos dentro de casa e levados para delegacia



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral Polícia Outros

DATA 24e25/03/2018 PÁG. 06 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Suspeito de matar adolescente é preso

Ricardo da Costa Silva, o *Nando*, é suspeito de ter matado Deigliane Jardiele no ano passado

O suspeito pela morte da jovem Deigliane Jardiele dos Santos de Sousa, de 13 anos, e tentado matar Larly Cunha Ramos, na Vila Conceição, no Coroadinho, Ricardo da Costa Silva, o *Nando*, foi preso na sexta-feira em cumprimento de um mandado de prisão preventiva, por uma equipe da Superintendência de Homicídio e Proteção à Pessoa (SHPP). Os crimes ocorreram no dia 26 de novembro do ano passado.

De acordo com a polícia, Ricardo da Costa Silva é integrante de uma facção criminosa que atua na capital maranhense. Referente a esses crimes, foi preso na sexta-feira, 16, o comparsa de Ricardo da Costa, Weberson Campos Torres, o *Werberth*, que teria participado da ação



Ricardo Costa foi preso ontem

criminoso

Durante essa prisão, Weberson Campos ainda tentou fugir do cerco policial adentrando um maquiagem, mas acabou baleado e foi socorrido pelos próprios policiais, que o levaram para o Hospital Djalma Marques, o Socorrão I.

O crime

Uma criança de 13 anos foi assassinada com um tiro no peito na noite de domingo, 26 de novembro de 2017, na Vila Conceição, região do Coroadinho. A vítima foi identificada como Deigliane Jardiele dos Santos de Sousa.

Segundo informações, ela chegava à sua casa com a mãe quando foi alvejada por suspeitos que estavam em uma camionete *frontier verde*. Primeiramente, eles balearam um homem não identificado, que foi socorrido.

Em seguida, a garota foi atingida e levada ao Hospital Municipal Djalma Marques (Socorrão II), mas não resistiu. Não há informação sobre a motivação do crime. ●

Divulgada relação dos presos pela PM na Liberdade

Quatro adultos foram autuados e um menor de 17 anos apreendido durante operação policial

Alex Júnior Costa, o *Bacurau*; Lacymary Lopes Costa; Valdirene Pereira, a *Vil*; e Ana Karolyna Pereira dos Santos foram presos e um adolescente de 17 anos apreendido durante a operação conjunta das polícias Civil e Militar na quinta-feira, de combate a crimes praticados por uma facção criminosa que atua no bairro da Liberdade, em São Luís.

Durante a ação, a polícia apreendeu drogas e uma arma de uso restrito que havia sido roubada de um policial militar. Também foram presos, em cumprimento de mandados de prisão preventiva, Wanderson Borges Frazão e Ederson da Rocha Silva, que respondem pelos crimes de tráfico de drogas e homicídio.

Todos os envolvidos foram apresentados na Superintendência de Investigações Criminais (Seic) e em seguida encaminhados para o Sistema Penitenciário do Estado, onde estão à disposição da Justiça.

"Aqui na Liberdade, o sistema de

segurança veio dar a devida resposta às agressões de bandidos que praticaram tiroteio pela liderança da área para o tráfico de drogas. Neste cenário está a conhecida Valdirene Pereira, a *Vil*, que já foi presa várias vezes. O objetivo do confronto seria eliminar essa traficante. Daí surgiu o conflito. Bandido

Durante a ação, foram apreendidas droga e armas

que utilizava tomazeleira eletrônica ou quem não estava portando também foi preso", explicou o coronel Pedro Ribeiro, comandante do Comando de Policiamento de Área Metropolitano (CPM 1).

Mais prisão

Também na quinta-feira, 22, a polícia prendeu Mauro Soares Alves, 43 anos, que seria chefe de uma



Valdirene Pereira, que foi presa

facção criminosa. Ele estava escondido em uma ilha perto do Porto do Itaqui.

Segundo o comandante de missões especiais, coronel Marques Neto, ele foi retirado da ilha de helicóptero pelo Centro Tático Aéreo (CTA), e toda a ação buscou inibir a ação do tráfico em São Luís.

"Facções criminosas estão tentando tomar o tráfico aqui na região, mas o sistema de segurança pública está presente, para que não aconteça mais", declarou o militar. Mauro havia sido preso em 2011, acusado de assassinar e ocultar corpos de quatro rivais, na Vila Cúria, em São Luís. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog
EDITORIA	
<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA	24 e 25 / 03 / 2018
PÁG.	06
<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Bando que alvejou unidade da PRF é interestadual

Até o fechamento desta edição, pelo menos dois dos envolvidos no esquema haviam sido presos

A polícia confirmou a *O Estado* que a quadrilha responsável por alvejar, na noite de sexta-feira, 23, uma unidade da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em Açailândia (MA), é composta por integrantes de pelo menos três estados: Maranhão, Goiás e Pará. Ainda de acordo com as investigações, o grupo é especializado em assaltos a bancos e desejava tomar armamento e outros itens da polícia (como coleções balísticas, por exemplo), para a execução de novas ações delituosas.

No sábado, 24, horas após o incidente, a PRF recebeu informações de que suspeitos do crime estavam em uma residência no bairro Plano da Serra, em Açailândia (MA). A partir daí, uma equipe adentrou o imóvel e encontrou um dos acusados, identificado apenas como Paulo André. Na casa, foram encontrados um veículo usado na ação (de marca não revelada), além de uma espingarda calibre .32 e uma réplica de pistola.

Em seguida, outro homem envolvido no grupo também foi preso. Ele não teve o nome revelado, até o fechamento desta edição. Segundo um deles, em depoimento uma das ramificações do grupo está situada na cidade de Goiânia (GO). Até o fechamento desta edição, nenhum outro homem envolvido no caso havia sido preso.

Entenda

Segundo relatos da PRF a ação aconteceu por volta das 22h50 de sexta-feira, 23. Poucos minutos antes de atingir



Paulo Anfré, acusado do ataque

na unidade, os assaltantes (seriam inicialmente seis no total e que estariam em um veículo ainda não identificado), invadiram uma base da Polícia Militar localizada na BR-222 em Pequiza, em Açailândia, e levaram refém, na viatura da própria Polícia Militar do Maranhão (PM), o único policial que estava no momento do assalto. Em seguida, se dirigiram para a PRF de Açailândia e ao chegarem ao posto, atropelaram cones e desceram com o PM servindo de escudo.

No momento em que o bando chegou à sede da PRF outro policial militar que estaria de folga começou a trocar tiros com os assaltantes. Após a troca de tiros, os bandidos conseguiram fugir levando um colete e um cinto da guarnição com um carregador com munição para pistola ponto 40. Eles fugiram em direção à Buriticupu. ■

Justiça mantém presos envolvidos com máfia

Juiz Luiz Régis Bonfim da 1ª Vara Criminal da Justiça Federal, determinou a liberdade de apenas três trabalhadores envolvidos

Apesar dos apelos das defesas, a justiça deverá manter presa a maioria dos acusados de envolvimento no caso de contrabando desbaratado pela polícia no dia 21 de fevereiro deste ano. No sábado, 24, o juiz Luiz Régis Bonfim Filho, da 1ª Vara Criminal da Justiça Federal, determinou a liberdade

de Rodrigo Santana Mendes, Eder Carvalho Pereira e Edmilson Silva Macedo, considerados peças de menor importância no esquema que movimentou, segundo as investigações, pelo menos R\$ 2 milhões. Apesar da soltura destes homens, a Justiça entende que os demais acusados têm

envolvimento direto no esquema.

A defesa de Edmilson Macedo contrariou a *O Estado*, sobre a soltura, que seu cliente não "sabia de nada". De acordo com a defesa, o homem foi "apenas contratado para transportar as pessoas" e recebia um determinado valor por isso.

Segundo a polícia, Edmilson Macedo era o condutor do veículo que transportava os estivadores de São Mateus, município maranhense, para o sítio em Quebra-Pote (zona rural de São Luís). Além de Edmilson os outros dois homens soltos seriam estivadores e caseiros do sítio.

Dentre os acusados que ainda seguem presos, está o ex-superintendente Estadual de Investigações Criminais (Seic), Tiago Bardal. Ele foi apontado pela Secretaria de Segurança Pública (SSP) como um dos "cabecas" do esquema e responsável direto por proteger a operação que era responsável pelo transporte e entrega ilegais de cargas (cigar-

ros e usques) oriundos de países, como o Suriname.

Outro acusado de envolvimento no crime, o ex-vice prefeito da cidade de São Mateus (MA), Rogério Sousa Garcia, foi responsável, em uma gravação obtida pela polícia, por apontar supostamente o envolvimento de um secretário e deputados no esquema. Até o momento, indagada por *O Estado*, a SSP ainda não confirmou quem seriam essas pessoas e se, de fato, têm participação direta ou indireta no esquema.

Investigações continuam

Apesar de não confirmar oficialmente, a SSP via departamento res-

ponsável por combate à corrupção, mantém equipe que permanece na investigação do caso. A ideia é saber quando o esquema começou e se há outras pessoas beneficiadas que ainda não foram apontadas por acusados ou que ainda não surgiram durante as apurações. ■

NA WEB

Criança é encontrada morta na cama dos pais

oestadoma.com/443659

Mais notícias de Polícia em: oestadoma.com



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
**COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO**

VEÍCULO

O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral Polícia Outros

DATA 24/03/2018 PÁG. 06 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Traficantes de drogas presos em São Luís

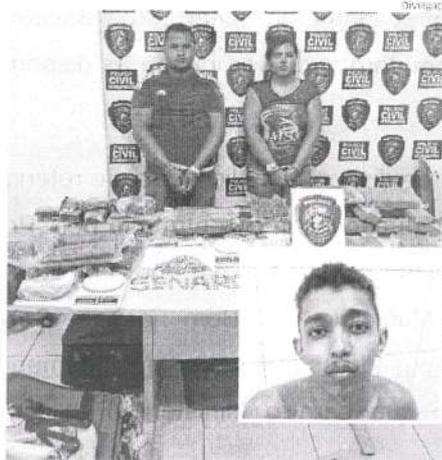
Motorista de Uber e mais duas pessoas foram flagradas com 50 kg de maconha e 250 invólucros de crack, no bairro Turu e no conjunto Paraná

O motorista do aplicativo Uber Eliseu Marcolino Araújo, conhecido como *Júnior*, Alberth dos Santos Silva, o *Budot*, e Juliana Godóis de Souza foram presos na quinta-feira, 22, suspeitos de comercializarem drogas na Grande São Luís. Com os suspeitos, a polícia, por meio da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc), apreendeu 50 kg de maconha e 250 invólucros de crack.

De acordo com a polícia, Alberth dos Santos Silva já foi preso por tráfico de drogas e roubo, há aproximadamente um mês. Atualmente, ele estava internado em um hospital da cidade, de onde comandava o tráfico de drogas utilizando Juliana Godóis para armazenar e Eliseu Marcolino, que é motorista do Uber, para fazer o transporte da droga.

As apreensões ocorreram em uma quitinete na Rua 7, no Conjunto Paraná, no Maiobão, em Paço do Lumiar, e em um apartamento no condomínio Campo Verde, no Turu, em São Luís. De acordo com a polícia, nesses locais os entorpecentes eram armazenados.

Durante a operação policial,



Alberth dos Santos e Juliana e, no detalhe, o motorista Eliseu Araújo

também foram apreendidos um veículo Corsa Classic, de placas NMU-7072, e uma motocicleta Honda XRE, de placas OJQ-3349, os quais eram utilizados para o transporte das drogas.

As três pessoas foram autua-

das em flagrante delito pela prática dos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico. Em seguida, todos foram levados para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde estão à disposição da Justiça. ■



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
**COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO**

VEÍCULO			
() O Estado do MA	() O Imparcial	<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	() O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra	() A tarde	() Correio de Notícias	() O 4º poder () Internet / Blog
EDITORIA			
() Política	() Cidades / Vida	() Geral	<input checked="" type="checkbox"/> Polícia
			Outros
DATA	24 / 03 / 2018	PÁG.	12
		() Gerada	() Espontânea () Positiva () Negativa

3

Mesmo internado, suspeito coordenava o tráfico de drogas

Foi dito pelo delegado Carlos Alessandro, titular da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc), que Alberth dos Santos Silva, conhecido como "Budor", mesmo internado em um hospital de São Luís, continuava coordenando o tráfico de drogas. Na quinta-feira (22), a equipe da Polícia Civil apreendeu 50kg de maconha prensada que pertenciam ao suspeito. Conforme frisou Alessandro, Alberth, do Hospital de Traumatologia e Ortopedia do Maranhão (antiga Clínica Eldorado), no bairro Jardim Eldorado, fornecia as orientações para seus "subordinados", como

Juliana Godois de Souza, que armazenava os tablets. Além dela, o motorista de Uber Eliseu Marcolino Araújo, o "Júnior", também recebia as coordenadas do declarado membro da facção Bonde dos 40, como ele mesmo confessou aos policiais civis. O motorista do Uber era o responsável por transportar os "tijolos", conforme o delegado Carlos. Investigando esse esquema, a Senarc descobriu, dentro de uma quitinete localizada na Rua 7, Conjunto Paranã, em Paço do Lumiar; e, ainda, em um apartamento situado no Condomínio Campo Verde, no Turu, os 50 kg de maconha prensada e mais 250 invólucros de



De dentro de hospital, Alberth dos Santos dava as coordenadas para Eliseu Marcolino e Juliana de Souza



FOTODIVULGAÇÃO/SENARC

crack. No decorrer das incursões, ressaltou Alessandro, as equipes apreenderam, também, um veículo Corsa Classic, de placa NMU-

7072, e uma motocicleta Honda XRE, de placa OJQ-3549, que eram utilizados para transportar os tablets. (NELSON MELO)

PF realiza operação de combate ao tráfico no Maranhão e outros estados

Na manhã dessa sexta-feira (23), a Polícia Federal (PF) realizou a "Operação Thema", no Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará e Tocantins, com o objetivo de desarticular uma organização criminosa especializada no tráfico de drogas nesses cinco estados da federação. Na capital maranhense, por exemplo, os investigadores prenderam uma pessoa envolvida na venda de entorpecentes. Para a operação, mais de 130 policiais federais saíram às ruas nos cinco estados, com 47 mandados decretados, sendo 26 de prisão preventiva e de busca e 21 de apreensão expedidos pela Vara Criminal da Comarca de Paraíso do Tocantins. De acordo com informações divulgadas pela PF, a investigação sobre essa organização criminosa, uma rede poderosa focada na distribuição de grandes carregamentos de entorpecentes, começou no ano de 2016. Conforme a investigação descobriu, o grupo adquiria os tablets de um fornecedor que mora no Mato Grosso, mas a sede da quadrilha se localiza em Tocantins. Esse homem indicava contas bancárias de terceiros para receber os pagamentos de compradores, que também usavam conta bancária

de outras pessoas para pagar esses fornecedores do território mato-grossense. Um dos presos na "Thema", Milton Borges Lima, que chefiava a rede de distribuição de drogas em Paraíso do Tocantins e que recebia as barras em uma distribuidora de bebidas. Essa manobra, segundo os policiais federais, era evitar o rastreamento do dinheiro e a vinculação dos fornecedores e compradores. Em São Luís, os agentes capturaram Juarez Teixeira Gama, contra o qual há um mandado de prisão preventiva e que seria o responsável pelo transporte da droga, tendo sido capturado no Bairro de Fátima.

FORNECEDOR DE COCAÍNA

A PF também prendeu Luiz Carlos do Tocantins, capturado em Redenção, no Pará, mas mora em Mato Grosso. A polícia informou que ele é apontado como o maior fornecedor de cocaína da região central do Tocantins. Segundo a Polícia Federal, ele mandava cerca de 200 quilos por ano para o estado. Parte dessa droga chegou a ser apreendida durante as investigações. A substância era transportada escondida em carros de passeio. (NM)

Caxias Funcionária de comércio e suspeito morrem em tentativa de assalto

Em uma tentativa de assalto registrada na noite de quinta-feira (22), um suspeito e a funcionária de um comércio morreram, no bairro Trezidela, na cidade de Caxias, no leste do Maranhão, por volta das 20h30. Eliediene dos Santos Rios, de 30 anos, foi baleada no tórax por Francisco Ferreira de Sousa, que estava na garupa de uma motocicleta, conduzida por um comparsa. A Polícia Militar informou que a dupla na moto seguiu o proprietário do comércio nas imediações de uma ponte, e, quando chegou ao estabelecimento comercial, os dois suspeitos anunciaram o assalto, mas, por algum motivo, o garupa atirou em Eliediene, que recebeu um disparo no tórax. Ela ainda foi levada à Unidade de Pronto Atendimento (UPA), onde não resistiu pouco depois. Ao ver sua funcionária baleada, o dono do comércio sacou uma arma e atirou contra Francisco Ferreira, que residia em Água Branca, no Piauí, sendo que ele morreu no local por ter sido alvejado no tórax. O piloto da moto, identificado como



DIVULGAÇÃO

Eliediene morreu durante tentativa de assalto em Caxias

Francisco Edvan da Costa Veloso, fugiu, mas também foi atingido por disparos nas costas, tendo sido capturado pela Polícia Militar e levado à UPA. (NM)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral Polícia Outros

DATA 24 / 03 / 2018 PÁG. 12 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Suposto idealizador do CV no Maranhão planejava fugir para a Rocinha, no Rio

LUCIENE VIEIRA

Mauro Soares Alves, de 45 anos, o “Mauro Velho da Cotia” ou “Seu Mauro”, que foi preso na quinta-feira (22), e apresentado ontem (23), na Secretaria de Segurança Pública, planejava fugir para a favela da Rocinha, na capital do Rio de Janeiro. A informação foi repassada pelo delegado Renê Mesquita, da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), durante coletiva à imprensa.

De acordo com Renê Mesquita, Mauro Soares foi preso mais uma vez, durante uma operação na Ilha de Jacamim, zona rural de São Luís, e que fica em frente ao porto da Alumar, às 10h de quinta-feira. “A polícia teve que atravessar uma trilha de mar e mangue, até chegar à casa onde Mauro se escondia; ele tem o costume de residir em locais de mata fechada”, disse o delegado, ao informar que o pedido de prisão contra o preso foi expedido pela 1ª Vara Criminal do Crime Organizado de São Luís.

No local do flagrante, a polícia encontrou uma arma de fogo e dois carregadores de pistola, material que estava de fácil visualização, em cima de uma mesa, em um dos cômodos da casa, que servia de esconderijo. “Agimos rápido, ele não teve tempo de esboçar reação”, disse o



“Seu Mauro” foi preso em operação da Seic, com apoio do CTA

delegado. Renê Mesquita disse ainda que Mauro Soares tinha conexões com facções criminosas no Rio de Janeiro, e estaria planejando sua fuga para a favela da Rocinha, uma das maiores na capital carioca. Sobre ser o idealizador do Comando Vermelho no Maranhão, a Seic não confirmou a informação, mas disse que está investigado o caso. Mauro Soares estava há seis meses solto, e durante esse período participou de seis homicídios e do sequestro do adolescente Leonardo Silva

Mendes, no Conjunto São Raimundo, segundo o delegado. O adolescente tinha 15 anos e foi raptado dentro de casa por integrantes de uma facção criminosa, às 20h, do dia 17 de novembro do ano passado, quando o bando procurava pelo irmão do garoto. O irmão da vítima, que se chama Leonardo, tem envolvimento em crimes e era procurado pelos bandidos para acerto de contas. Ao chegarem à casa, a quadrilha achou que o adolescente fosse Leonardo. O padrasto do jovem, identificado como Wellington Carlos de

Jesus Costa, de 40 anos, tentou intervir e explicar a confusão, mas os criminosos reagiram com tiros, matando o homem na hora. O adolescente foi levado pelo grupo para a Reserva da Aeronáutica, próximo ao Parque da Independência, e não foi mais localizado desde então. No dia 22 do mesmo mês, a polícia prendeu cinco suspeitos de participarem do sequestro de Leonardo Silva, entre eles, segundo o delegado Renê Mesquita, Mauro Soares Filho, o “Marinho”, filho de Mauro Soares Alves. Ainda ontem, “Seu Mauro” foi encaminhado para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

FUNDADOR DO CV

“Mauro Velho da Cotia” foi o responsável por introduzir o CV no Maranhão, depois de ter rompido com o Bonde dos 40, no início de 2016. Seu reduto está na Vila Cotia – comunidade existente na região do Conjunto São Raimundo, nas proximidades do muro da Infraero. O filho dele, Mauro Campos Alves Neto, 24, o “Maurinho”, é seu braço-direito, e está preso no Complexo Penitenciário São Luís desde novembro de 2017, quando foi capturado com mais quatro membros da facção. Na época, “Maurinho” era procurado por ter sequestrado um adolescente de 14 anos na Vila Cascavel e que até hoje nunca foi encontrado. (NM)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA (X) O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros	
DATA	24 / 03 / 2018	PÁG.	07
() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa			

CASA CAIU.....

Autor de dez homicídios em Chapadinha é preso

A Polícia Militar prendeu José de Ribamar Nascimento Júnior, suspeitos de cometer vários assassinatos e que estava foragido da Justiça de Caxias. O Serviço de Inteligência do 2º BPM realizou levantamentos na Vila Arias e soube que ali se encontrava uma homem suspeito que seria foragido da Justiça.

De posse de informações privilegiadas, os militares organizaram uma operação conjunta com as equipes do Grupo de Operações Espe-

ciais (GOE) e da Força Tática e conseguiram localizar o suspeito e averiguar as acusações que haviam contra ele.

Foi confirmada a existência do mandado de prisão e que, além da situação de foragido, constavam outros mandados em desfavor de José de Ribamar pela suspeita de haver cometido mais de 10 homicídios na cidade de Chapadinha. O suspeito foi conduzido para a Delegacia Regional de Polícia Civil de Caxias para os procedimentos legais.

OPERAÇÃO.....

PF desarticula grupo de tráfico de drogas

A Polícia Federal realizou a operação Thema ontem para desarticular uma quadrilha suspeita de tráfico de drogas. Os mandados são cumpridos no Tocantins e em mais quatro estados, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso e Pará.

Ao todo, 130 policiais federais cumprem 47 mandados, sendo 26 de prisão preventiva e 21 de busca e apreensão. No Tocantins, as ações se concentram em Paraíso do Tocantins.

As investigações começaram em 2016. Segundo a

Polícia Federal, o grupo criminoso, que atuava na cidade tocantinense, adquiria a droga de um fornecedor no estado do Mato Grosso. Ele indicava contas bancárias de terceiros para receber os pagamentos de compradores.

A PF informou que os compradores de Paraíso também usavam a conta bancária de outras pessoas para pagar os fornecedores do Mato Grosso. O objetivo era evitar o rastreamento do dinheiro e a vinculação dos fornecedores e compradores.